

MARES ELECTRÓNICOS EM FUNDOS SEM PEIXE: UM ESTUDO DE CASO NA PÓVOA DE VARZIM E NAS CAXINAS ¹

Luís Martins

Procuramos dar conta de alguns percursos das pescarias artesanais portuguesas nas duas últimas décadas. As grandes mutações ocorrem ao nível da organização das companhias e da gestão do acesso ao peixe, ambos os aspectos exigindo uma regular aquisição de tecnologia e, em paralelo, a demarcação e apropriação permanente dos fundos por meio de artes de pesca (nas artes caladas). Um estudo de caso, uma empresa que evolui da fase pré-capitalista para a capitalista, ilustra este processo de territorialização e envolvimento financeiro, assim como os valores sociais a ele ligados.

À família *Cavalheira* e à família *Gerónimo Viana*

Pretendemos neste artigo levantar duas questões: i) o uso de tecnologia avançada nos barcos que laboram na costa portuguesa; ii) a demarcação dos espaços marinhos pelos pescadores.

Tradicionalmente, após a descoberta de um “mar”, memorizado o local através de enfiamentos a partir de objectos que se destacam em terra (árvores, edifícios, montes), é-lhe dado um nome. Este pode ser o do seu suposto descobridor (Pedra do Balé, do Melo, do Tio António da Beira Alta), derivar de uma característica orográfica (Quebrada, Profundo, Lage), inspirar-se no tipo de referências terrestres que fixam a sua localização (Igreja Nova, Selir de Fora, Selir de Dentro), ou num princípio temporal (Fedorento Novo, Fedorento Velho), ou ainda por uma lógica de proximidade (Laúndos, Filho de Laúndos). Procura-se depois guardar o segredo sobre a sua localização, comunicando-a só a amigos ou parentes, de quem se espera reciprocidade em circunstâncias semelhantes. Por este motivo alguns pesqueiros, descobertos várias vezes, podem ter mais de um nome. Para o caso da colmeia poveira esta multiplicação acentuar-se-ia quando os Caxineiros, tradicionalmente pescadores mais “do terreno”, do bacalhau e de

¹ O termo “electrónicos” é usado hoje pelos homens da pesca para identificar o conjunto de aparelhos de navegação e detecção presentes na casa de leme. Parece constituir, também, uma comparação subentendida com um passado onde a mediação com o meio marítimo era desempenhada pelos sentidos (sobretudo o da visão) e pela intuição ganha com os anos de mar.

Pelo apoio recebido no trabalho de campo, um agradecimento especial ao Forpescas da Póvoa de Varzim – Vila do Conde e à sua coordenadora, Dr.^a Olga Vide. A José de Azevedo, um poeta das pescas e dos pescadores, e à sua disponibilidade para ler, corrigir e complementar as informações referentes à comunidade poveira. À Biblioteca Municipal Rocha Peixoto e ao seu Director, Manuel Ferreira Lopes. E ao Professor Pais de Brito pelo estímulo constante.

Matosinhos², começam a pescar com barcos munidos de sondas electrónicas, nos anos 1970-80 e nos mares “do profundo”, isto é, em fundos até aí explorados sobretudo pelas grandes lanchas poveiras ou por barcos da pesca do largo e do alto.

Ora, estes locais de pesca, espaços e tocas onde o peixe encontra “comedório” e abrigo, são objecto de um uso regulado pelos grupos que se dedicam às pescarias. A regulação realiza-se hoje, entre outros modos, por meio da frequência habitual de um conjunto de pesqueiros, para as artes fixas, e para as móveis, através do distanciamento em relação a um barco que efectua uma caçada, ou por via de tácticas em grupo e apoiadas em comunicações sigilosas através do rádio. É nesta conjuntura que a apropriação dos espaços (a territorialização) continua a ser uma questão de descendência e linhagem, pescando os mestres actuais da pesca local e costeira nos mesmos fundos que os pais, tios e avós.

O retrato estilizado dos pescadores como fiéis discípulos de Tanatos, personagens de um teatro de egoístas e do caos social e ecológico, além de se encontrar desajustado da imagem anterior, tem-se revelado insuficiente para um entendimento dos problemas das pescas. Os seus defensores colocam-se, em geral, ao lado de um modelo de gestão governamental e centralizada dos recursos piscícolas, o qual, como veremos adiante, levanta interrogações acerca da sua adequabilidade às diferentes realidades locais. Todavia, as normas consuetudinárias e espontâneas de usufruto dos espaços marinhos, surgidas à escala das comunidades e respectivos portos de pesca, nem sempre são reconhecidas nas decisões políticas. Contudo, muitas delas constituirão pactos de mútuo respeito entre companhias que exploram os mesmos mares. O presente trabalho é também um tentame de registo de algumas destas normas, para depois as pensarmos à luz das reflexões da economia política acerca da apropriação dos espaços marítimos e seus recursos.

A primeira parte do artigo constitui uma resumida incursão bibliográfica pelos trabalhos que referem processos de territorialização e mutações nos modos de organizar as companhias. É um brevíssimo apontamento de um diálogo imaginado entre os estudos realizados em diferentes contextos e a nossa própria pesquisa, onde expomos algumas leituras incluídas no presente projecto e que influenciam o nosso olhar. Numa segunda, damos conta de alguns valores próprios do universo das pescas e da sua expressão num estudo de caso, o qual é um exemplo da capitalização das modernas pescarias artesanais portuguesas.

² Do “terrenho” porque exploravam preferencialmente os mares mais próximos da terra e dos ancoradouros em redor da Vila do Conde e da Póvoa de Varzim. Entretanto, na altura da pesca ao bacalhau (Abril/Maio a Setembro) embarcavam para os mares da Terra Nova e da Gronelândia. Ou alternavam a pescaria local terrena com cerca de seis meses de faina em Matosinhos, nas traineiras do cerco à sardinha.

Apercebemo-nos que a relação artesanal/industrial na literatura sobre pescarias repercute um jogo de oposições, o qual, de algum modo, inibe uma abordagem dos fenómenos das pescas isenta de preconceitos. Sinteticamente identificaríamos dois pares de opostos: sociedades de parentesco e reprodução social *versus* sociedades de lucro e mercado; sociedades de subsistência *versus* sociedades de mercadoria. Ora, esta lógica tende a problematizar, preferencialmente, o grau de mecanização e capitalização das actividades, relegando para o patamar dos arcaísmos todas as formas socioeconómicas e representações que não correspondam a um modelo ideal de capitalismo industrial. Do ponto de vista etnológico, parece-nos mais relevante apreender a permanência dos traços clássicos das pescas artesanais nas pescarias costeiras em geral, incluindo o quadro de valores subjacente às condutas competitivas entre companhias e mestres. São variáveis que oferecem maior nitidez sobre os problemas actuais neste sector económico. Permitem também entender melhor os problemas decorrentes dos níveis excessivos de investimento em capital e tecnologia. Por este motivo integramos no presente estudo as artes de cerco à sardinha, manobradas pelas traineiras, na categoria de artesanais, não obstante serem consideradas, na classificação da Secretaria de Estado das Pescas, como pescas industriais. São formas de organização assentes, em simultâneo, nos mecanismos de parentesco e nos de mercado e mais-valia.

Outra distinção não sobrevalorizada tem a ver com a diferença entre artes caladas e móveis e, no interior de cada uma destas categorias, com a diversidade de aparelhos e técnicas. É de “mares electrónicos” que falamos. Isto é, da crescente sofisticação das embarcações e dos processos de pesca e de uma análise paralela sobre o empobrecimento dos recursos piscícolas. O efeito mais evidente é que os “mares dos velhos” – termo comum entre os poveiros e que designa tanto os antigos como as pessoas de idade – já não são os dos barcos actuais. “Os velhos usavam tudo”, diz-nos o Tio Cavaleira, explicando que todos os pontos de pesca são nomeados e ordenados segundo o tipo de peixe lá encontrado, as braças de profundidade e a natureza do fundo. Para os mestres actuais bastam as coordenadas geográficas, como se pode ver por uma conversa entre este homem do mar já retirado e um dos seus netos, a governar um barco de artes caladas:

- Onde andaste? Estiveste a pescar por Esposende?
- Por aí...
- Estiveste nos Poderosos? São Luanhes? Na Moiteira?
- Por aí...³

³ Cf. adiante o quadro simulação dos nomes dos “mares” elaborado com a ajuda de um “velho” pescador, onde se reconhecem a posição relativa de cada um e a sua localização face à linha da costa.

Ao dialogar com a Etnografia, a Economia Política procura abordar as pescas a partir da relação entre rendimentos e despesas, inferindo da aproximação das respectivas curvas estatísticas um decréscimo nas capacidades de reprodução biológica das espécies. As diferentes análises distinguem-se entre si pelo modo como concebem um sistema de gestão dos recursos, pleiteando, de um lado, os defensores de um controlo estatal e, do outro, os das modalidades de regulação mais sensíveis aos patrimónios culturais das localidades e das regiões. Esta última corrente considera possível responsabilizar as instituições locais no desempenho de políticas de conservação (Matthews 1993) e delegar nos representantes dos pescadores o papel de definir, segundo as circunstâncias e os benefícios económicos, o tipo de apropriação mais conveniente (Lueck 1993) – privada, comunhão do espaço marítimo com repartição do produto, ou partilha de acesso ao mar com atribuição privada, são as três categorias geralmente concebidas.

Territorialidade e apropriação na literatura sobre pescas

Neste capítulo descrevemos os usos territoriais marítimos de carácter informal e o aumento da importância das relações capitalistas nas companhias. Incluímos no primeiro tópico o estudo de táticas de simulação (sigilo, informação deturpada, atitudes palavrosas ou silêncios que ocultam estratégias), as quais se revelam modos de reservar, no tempo possível e enquanto for vantajoso, uma área ou um movimento de pesca.

Entre os modos de codificação das áreas marítimas os autores falam no uso dissimulador das transmissões através do rádio e das conversas em terra entre as companhias da pesca ao bacalhau nos mares da Terra Nova (Andersen 1980). Os mestres dos barcos tentam, por meio de jogos de palavras e de silêncios, esconder os valores das suas capturas. Sem qualquer fórmula que permita desvelar o ardil, o prestígio do arrais entre os seus pares é reavaliado em cada momento em razão da sua capacidade de interpretar os estratagemas dos rivais – cuja importância é sublinhada através da expressão *skipper's problem* – e de, por sua vez, pensar outros para depreciar os resultados destes. Exemplos de contraste são-nos oferecidos por Stiles (1972) e Löfgren (1972), que descrevem situações de franca colaboração. Em *A Sea of Small Boats* (Cordell 1989), obra colectiva sobre as construções da territorialidade marítima, Cordell relaciona a divisão informal do espaço com um conjunto de normas locais – as “regras de etiqueta” – entre os pescadores marginais das águas estuarinas a Sul da Bahia, Brasil. O “desrespeito” destas normas acarreta sanções por parte dos restantes pescadores, entre as quais o não reconhecimento dos seus direitos à área de pesca e a recusa de ajuda em terra.

No mesmo ano de 1989 Fiúza de Mello descreve para a costa brasileira o modo como as grandes indústrias de pesca incorporam na sua exploração as áreas utilizadas e codificadas pelo pequeno pescador. Compram as capturas destes e, recriando uma lógica de assalariamento, assimilam aquelas aos espaços explorados pelas pescarias empresariais. Trata-se de um fenómeno que é abundantemente descrito para as pescarias brasileiras nas actas do simpósio sobre *Tradição e Mudança* (Diegues 1989). O estudo da capitalização e dos conflitos entre as diferentes categorias de pesca será, por conseguinte, uma outra via para dar conta da organização dos espaços marítimos. Podemos destacar algumas investigações. Ainda entre os pescadores da Bahia estudados por Cordell, o aparecimento de barcos com maior poder de captura e a presença de não-residentes, indiferentes aos preceitos morais, provoca o rápido decréscimo das espécies exploradas pelos mais pobres e força-os a empregarem-se nos barcos da pesca empresarial. Os pescadores-camponeses do camarão em Sinaloa, México, vêem perturbados os habituais relacionamentos entre si e o ecossistema com o aparecimento da pesca industrial, desestruturando-se uma forma eficaz, apesar de inconsciente e errática, de preservação de recursos (McGoodwin 1989). Robben (1989) estuda os discursos e quotidianos de diferentes classes de pescadores numa localidade brasileira e dá conta da relação entre as estratégias de reprodução social e capitalização e os processos de construção da identidade social em cada categoria. Os armadores de barcos motorizados desenvolvem, de preferência, contactos que lhes permitem beneficiar de laços de influência em instituições do Estado e financeiras. Ao invés, as restantes categorias investem nos convívios mais hedonistas da família, do bar ou da rua. Como consequência, os primeiros cultivam uma ideologia que promove a capitalização dos seus bens, numa trajectória de crescente sofisticação das artes e barcos, o que inviabiliza os métodos tradicionais, sendo porém a única forma de competitividade no mercado.

Neste curto rol chamamos à colação uma literatura que comunga de um ponto de vista: a pesca artesanal, à medida que cresce o seu envolvimento nos dispositivos de mercado, é obrigada a aumentar as suas capacidades de exploração e arrasta consigo, em ciclos cada vez mais graves, a diminuição das espécies piscícolas. Fala-se neste contexto no problema do pescador. Contudo, as análises tendem a transformá-lo na problemática, quer por se mostrar uma figura fugidia às imposições legais, quer por viver uma actividade não submetida, aparentemente, a regras que controlem os excessos e a intuição individual (cf., por exemplo, McEvoy 1986: 10).

Elabora-se uma alquimia de causalidades ainda mais alarmante quando posta em coexistência com a alegoria dos bens mancomunados ou

de acesso livre ⁴ (Gordon 1954, Hardin 1968), segundo a qual a propriedade comum tende a ser explorada desabridamente até à exaustão. Segundo este ponto de vista, a racionalidade só chegará às pescarias se o pescador se desprender da sua razão social e adoptar a norma de apropriação privada interpretada de diferentes formas pelo Estado: quotas, concessão de licenças para artes, defesos. Trata-se de uma tese que, recebida numa atmosfera favorável, irá promover daí em diante o interesse pelas pesquisas dedicadas a formas de organização económica e jurídica da posse dos recursos piscícolas, centradas sobretudo nos regimes de propriedade nas pescas, muitas vezes defendendo a aplicabilidade do modelo sem sujeições a contextos históricos (cf., por exemplo, McEvoy 1986: 97-99) ⁵.

O texto de Hardin de 1968 torna-se nesta conjuntura um lugar de comentário, no sentido dado por Foucault (1971) ao conceito, portador de uma mensagem indiscutida e sempre recuperável para definir as linhas da verdade. Lembramo-nos, por exemplo, da introdução de Hannesson (1996) a quatro artigos sobre formas de gestão nas pescarias do bacalhau na Comunidade Económica Europeia (CEE) – *The Tragedy of the Commons: Once Again* –, a qual ainda se baseia neste pressuposto de que as pescas têm padecido de uma ausência de orientação por parte dos governos e se encontram capitalizadas em excesso. Este autor dirá, na mesma linha de pensamento, que só a instituição de direitos de propriedade pode viabilizar esta actividade no contexto da economia de mercado (Hannesson 1996: 104). A originalidade desta abordagem reside no facto de, embora sustentando que devem ser as organizações locais e regionais a elaborar e aplicar tais direitos, contra o olhar estandardizador de Bruxelas (Hannesson 1996: 129-138), subsumir os critérios da sua execução a princípios de eficiência económica, pois, opina, a salvaguarda dos cardumes por uma tecnologia ineficiente e improdutiva não livra as pessoas da pobreza.

Questões de método

Este olhar introduz o estudo dos processos de formação da identidade nos grupos piscatórios. O envolvimento tradicional da família do pescador em memórias de naufrágios e tragédias colectivas (cf., por exemplo, Martins

⁴ Os autores citados não distinguem entre propriedade comum e propriedade de acesso livre.

⁵ Em 1865 os pescadores italianos de Bay Area reúnem-se em torno de uma organização de carácter étnico, a Italian Fishermen's Association, que actua como centro de decisão e grupo de pressão sobre competidores. Na interpretação de McEvoy, são coalisões que funcionam também como órgãos para a gestão dos recursos e protecção das comunidades, pois "*Fishers who have no such intragroup solidarity normally find themselves trapped in tragedy of the commons because they lack the cash, the time, or the energy to make and enforce agreements to regulate their behaviour...*" (McEvoy 1986: 97-99, sublinhado nosso).

1882, Lopes 1992), solidariedades linhageiras e comunitárias, narrativas em torno de um imaginário de vivências da captura e vendagem do peixe, confere às pescarias uma aparência de grande complexidade. Acrescentemos que a capitalização das embarcações e empresas conduz a um descomprometimento do núcleo familiar para com os trabalhos das companhias. No passado, por exemplo, ao pedir “um lugar” ao patrão do barco, o tripulante indica o nome da “mulher-de-obrigação”: o cônjuge, no caso de ser casado, a mãe ou outra mulher com quem faz um acordo, se for solteiro. O trabalho desta junto da mestra, a mulher do mestre, consiste na lavagem e tratamento das redes e venda do peixe, e é remunerado através da “parte do corpo”⁶ do camarada. Depois, aparentemente coincidindo com o estabelecimento de mais indústrias e a conseqüente criação de emprego remunerado com regularidade, a mestra passa a contratar as mulheres necessárias para a ajuda nos trabalhos em terra, pagando-lhes com o dinheiro do monte bruto da companhia. Recentemente esta forma de organização evolui para a criação de armazéns onde as companhias de terra, que incluem homens e mulheres, fazem os trabalhos de aprovisionamento das artes de pesca.

Com estas transformações reformulam-se alguns conceitos da caracterização mais típica das pescas, que as define como tendo uma atmosfera fortemente competitiva e “imprevisível”. As modernas pescarias artesanais poveiras têm por traço fundamental o investimento constante no aperfeiçoamento de barcos e instrumentos. Como fruto desta tendência, e no caso específico das pescas e da ideologia locais, constituiu-se o sentimento de que o sucesso nas capturas tem a ver com as capacidades do arrais e, principalmente, com o número e a modernização dos instrumentos a bordo. Em consequência, torna-se mais claro que a “imprevisibilidade” é, nas palavras dos nossos informadores, o conceito do modo como o pescador se organiza face às flutuações da produção e do meio, diante das quais ele tem a responsabilidade de demonstrar a sua competência (cf. Maldonado 1989: 34-5 e 1986: 30-31)⁷. Por conseguinte, a percepção das coisas do mar traduz

⁶ Diz-se “parte do corpo” do ganho que cabe a cada membro da companhia (o camarada ou companheiro). Na retribuição, calculada sobre o produto bruto das companhias, temos ainda a “parte do barco” (a remuneração do capital) e a “parte do governo” (o ganho do mestre por dirigir a embarcação e os companheiros). Neste sistema a mulher não tem uma remuneração própria, visto ser remunerada através do marido ou do camarada para quem trabalha.

⁷ Referimos, por conseguinte, uma noção de imprevisível, e dos seus correlatos de sorte e azar, diversa da registada por Nunes durante o colóquio e no presente volume, facto explicado por tomarmos como referência artes de pesca com níveis tecnológicos muito distintos. Não questionamos a presença de ferraduras da pata esquerda, do “San-Selimão”, do fruncho e da arruda nos barcos; ou mesmo de bênçãos de embarcações, ou artes com sal e grãos de mostarda para combater o mau-olhar de rivais invejosos; ou ainda o receio que a mulher menstruada passe sobre as artes e lhes retire eficácia. Parece-nos, todavia, que este registo é hoje secundário quando em confronto com o discurso dominante, pois a sofisticação tecnológica tende a diminuir o sentimento de aleatoriedade nas capturas e induz uma postura menos entregue aos caprichos da natureza e do “mau-olhar”.

uma influência crescente da mediação dos “electrónicos” nas actividades piscatórias, os quais retiram espaço conceptual ao aleatório nos resultados da pesca.

Um exemplo disso mesmo é o facto de, em Novembro de 1998, os velhos pescadores da Póvoa preverem um mau inverno por as traineiras, no “coração da safra” (Outubro a Dezembro), só encontrarem sardinha muito para Sul, em S. Pedrinho de Moel, sinal de escassez anunciada e cujas causas atribuem ao uso de bombas pelos barcos de pesca espanhóis, que deste modo espantam o peixe. Esta previsão é revista em meados de Novembro e já após o Colóquio que motiva o presente artigo, num período de capturas razoáveis e bons rendimentos das companhas. Explicam-nos, os mesmos pescadores, que um “rebojo”⁸ do mar teria levantado comedório e atraído os cardumes à terra. Servindo aos homens da pesca para gerir o seu trabalho, estes signos marinhos ganham, obviamente, dimensão política e operatória⁹. Em contraste, os mesmos dados são para os biólogos os sinais de crise no ciclo reprodutivo desta espécie e, por conseguinte, confirmam a necessidade de intervir administrativamente com reduções nos limites de captura.

Como organizar um regime controlado de uso dos recursos piscícolas? Uma via possível poderá passar pelo estudo dos patrimónios das populações piscatórias que dizem respeito ao usufruto destes recursos e à sua expressão num quadro legal. Este é, por exemplo, o espírito da proposta de Ostrom e Schlager (1993), que definem, com base em trinta estudos de caso sobre vários tipos de sociedades, um esquema de quatro regimes de propriedade dos espaços marinhos e respectivos direitos sobre os recursos. Para estes autores, as actividades de pesca devem regular-se pela manutenção dos níveis de rendimentos das companhas, calculada pelo controlo da relação entre ganhos e despesas e por um esquema de regimes de apropriação flexíveis e cuja escolha, em cada período cinegético, seria decidida à escala local. Anotemos, de passagem, que esta tese é defendida no mesmo ano em que Lueck e Matthews, atrás referidos, enunciam a necessidade de as pescarias criarem esquemas descentralizados de regulação para legislar a posse dos seus recursos.

Por conseguinte, para uma reflexão satisfatória acerca da gestão local e regional das riquezas piscícolas, devemos começar por abordar as formas de organização características dos grupos piscatórios e os relacionamentos do pescador com os seus meios de produção.

⁸ Forte agitação do mar (cf. Azevedo 1976).

⁹ “É um homem competente...”, enfatiza o “Tio” Manuel “Cavalheira”, quando pretende realçar a capacidade de um mestre na gestão da companha e na escolha de estratégias que contrariem os resultados mais fracos, ou prolonguem as boas “caçadas”.

Contextos de mutação nas sociedades piscatórias e nos grupos domésticos corporativos

A primeira abordagem de Firth aos Kelantan da Malásia em 1944 compreende as economias piscatórias e os pescadores num sistema camponês. As edições posteriores, que resultam de um regresso do autor à localidade, alertam para a transição dos modelos de campesinato para os da pesca, provocada por mutações na estrutura do capital. Com estas alterar-se-ia a relação do pescador comum com os seus meios de produção (Firth 1975: 7) ¹⁰. A literatura acerca das formações pré-capitalistas nas pescas e da sua integração em sistemas de mercado não deixará de ter por referência esta obra. Muitos investigadores registam, no mesmo período ou posteriormente, casos de mudança que afectam as modalidades de recrutamento e composição das companhias, em contexto de passagem de uma forma de organização centrada na família e no idioma da amizade para uma outra que, na aparência, constitui uma adaptação aos mecanismos de desenvolvimento urbano e aos dispositivos de mercado.

Trazemos a este diálogo dois contextos etnográficos: as pescarias de Newfoundland (Terra Nova) e alguns apontamentos das pescas brasileiras.

As várias estadias de Kottak na localidade brasileira de Arembepe (1962-92) dão conta do aumento da estratificação social por força de intervenções exógenas nos anos 80 (por parte da SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca). Estas libertam o espírito de iniciativa dos pescadores camponeses das obrigações da solidariedade colectiva ao promoverem empréstimos para a formação de cooperativas e, como consequência, valorizarem a posse dos meios de produção face ao trabalho e ao conhecimento tradicional (Kottak 1992). Forman (1970) mantém um diálogo com a monografia original de Kottak e extrapola a leitura voluntarista deste para o tema da inovação tecnológica entre os jangadeiros do Nordeste do Brasil, induzidos a entrar na economia do dinheiro e a promover o seu próprio endividamento, único modo de melhorarem o poder de captura quando postos em concorrência com a pesca motorizada.

A migração para áreas industrializadas obriga a mudanças no modelo de recrutamento ideal entre as companhias de pesca numa localidade da Terra Nova, que de uma base estritamente agnática passam a incluir membros oriundos de vários grupos de parentesco (Faris 1973). Trata-se de um fenómeno registado por Firestone (1967) ao estudar a *crowd*, família extensa

¹⁰ "...modern Malay fishermen in Kelantan have to a considerable extent adopted mechanization of their fishing fleets, and side by side with has come a change in the capital structure of the local fishing industry which has affected also the relation of the ordinary fisherman to the control of the enterprise in which he is engaged... It is no longer so appropriate therefore to label the economy a peasant one now as it was in 1940..." (Firth 1975: 7).

virilocal de três a quatro gerações, cujos membros mancomunam os recursos para obter bens de capital. Mais tarde é abordado por Schwartz (1974) numa variante claramente distinta, com recrutamentos exteriores ao parentesco na formação das companhias de pesca, definindo então uma *crowd* baseada na amizade. Wadel (1980) retoma a *casa* (*household* – grupo agnático de duas a quatro gerações) e a análise dos benefícios da mancomunação do capital e do trabalho numa conjuntura de passagem da economia doméstica para a assalariada, atribuindo-lhe um papel estabilizador nos momentos críticos do ciclo de vida, quando as pescas e a companhia de base familiar se antevêm como soluções para a ausência ou baixa de rendimentos. Sinclair (1985) estuda a passagem da produção doméstica de bens para a capitalista entre os pescadores do bacalhau do Noroeste da Terra Nova, do que decorre o endividamento aos fornecedores de bens de capital pela necessidade de adquirirem aprestos não produzidos artesanalmente, e a conseqüente obrigatoriedade de manter um ritmo crescente de investimentos daí em diante.

A evolução referida nos últimos parágrafos acompanha e condiciona, nos respectivos contextos, mudanças nas formas de perceber os mares e os seus fundos. Para o caso das pescarias portuguesas, e tendo por princípio a comparação com os estudos atrás identificados, damos conta de um caminhar rápido para uma escala empresarial. Utilizamos como dados o testemunho dos informantes e a observação de práticas de pesca. Neste âmbito expomos, extensivamente, os momentos ligados à atmosfera das pescarias artesanais tal como teria sido vivida pelos pescadores de mais idade e hoje retirados, ou em vias de o fazerem, de forma a estabelecer um nexó mais claro entre o registo narrativo e os conceitos.

Os mares da memória e das sensações

No ensino dos pesqueiros pelos “velhos” não devemos imaginar uma transmissão pedagógicamente programada. Os pescadores com quem falámos referem o interesse e a curiosidade como valores fundamentais para alguém aprender as coisas do mar e da pesca. O jovem tripulante interessado observa as manobras e locais onde pesca o barco. Ele próprio vai descobrindo as marcações em terra. O seu olhar torna-se a mola precursora dos momentos de assimilação ao ler na linha da costa as marcas de localização dos fundos, ao ver como se trabalha para depois fazer, deixando escapar mensagens de interesse ao entrar na casa de leme para observar o funcionamento dos “electrónicos” – circunstâncias que explicam a importância do sentido da visão nas actividades piscatórias e o papel que se lhe atribui no desempenho das faculdades individuais e no sucesso de um mestre. Nas pescarias clássicas, um domínio onde estes traços são mais perceptíveis é o que

respeita ao conhecimento dos fundos, cujo registo varia de indivíduo para indivíduo, por depender dos mestres com quem se anda e dos “modos de vida”¹¹ praticados.

No âmbito destas pesquisas procurámos registar a cartografia mental dos pesqueiros frequentados por alguns velhos poveiros, de que reproduzimos aqui a síntese de um dos inquéritos. A classificação dos mares subjacente a este testemunho é semelhante à seguida por Santos Graça (1982), adaptando quer o tipo de embarcações, quer as diversas categorias de artes e pescadores à exploração dos fundos e ao reconhecimento dos pontos de pesca. A síntese aqui apresentada define quatro géneros de mares, intercalados por outros secundários, em função sobretudo das braças de profundidade: os Profundos (acima das 200 braças), a Beirada de Fora (entre as 58 e as 63 braças), as Pedras da Faneca (em redor das 38 braças) e a Beirada de Terra (pelas 20 braças). As espécies capturadas e as tecnologias empregues lêem-se como variáveis dependentes destes factores. Para melhor percepcionarmos a localização geográfica dos diferentes mares transcrevemos num quadro os seus nomes e o seu lugar relativo, o qual fazemos acompanhar de um texto em forma narrativa, com o fim de melhor exprimir as circunstâncias das suas descobertas e usos. O valor deste reconhecimento é inestimável, pois, além da colecção dos nomes que identificam os *mares* variar de pessoa para pessoa, nem todos os pescadores os sabem.

No mar mastiga-se um pouco de sebo, ou amassa-se-o com uma faca no banco do barco, ensebando-se em seguida o chumbo ou a pedra. Ligados a um cabo formam a sonda de mão, instrumento primitivo de reconhecimento dos fundos. Arreada à água, as vezes precisas até se descobrir o fundo procurado, a sonda de mão é um dos aprestos essenciais numa embarcação. Identifica os pesqueiros onde se pode encontrar peixe. Até às 80 braças o sebo vem marcado com pequenos sinais que denunciam o tipo de fundo. Para fora, os sinais enfraquecem. A areia diz que estamos em cima de “suado” ou “limpo”, mar pobre, “fracasso”. Pequenas pedras, corais e o sebo amachucado indicam fundo de pedra e bom para pescar. Nos “burgos”¹² e nos “godos”, fundo grosso, também se caça bem. No Profundo, para cima das 200 braças, o mínimo indício, uma “arranhadurinha” no sebo, “e já se atira a poita, já é pedra”. Mas raramente a sonda vem marcada. Arreia-se e deixa-se ir até bater. Ala-se 10, 12 braças, depois larga-se outra vez. Volta-se a arrear e a alar. Muitas vezes, para ver se a sonda bate bem

¹¹ Expressão típica e que discrimina o tipo de pescaria praticada. “Anda ao ‘modo de vida’ da sardinha” significa que trabalha nos barcos da pesca da sardinha. “Anda ao ‘modo de vida’ do trole” quer dizer que pertence a uma companhia que pesca com aparelho de anzóis.

¹² O fundo de “burgos” é constituído por conchas e pedras arredondadas.

no fundo. Desconfiado, o arrais vai com a língua, mais sensível ao tacto e em busca do sabor. Chega-se a andar nessas pedras a sondar desde a madrugada até ao início da tarde, quando a névoa não deixa marcar bem o mar por terra. Por vezes o mestre, aborrecido, manda lançar o ferro e espera que o tempo alivie. Não alivia? Vamos embora. Outras vezes vence a teimosia:

Aqui no Selir, tínhamos as rascas a bordo. Névoa. Toca a andar, toca a andar... Chega lá, 'estamos na altura'. Toca a sondar para um lado, toca a sondar para o outro, sonda para um lado, sonda para outro... Tanto o meu pai estava aborrecido: 'Atira o ferro para o fundo'. Calorzinho. Estirei-me a dormir em cima do banco. Vai o meu pai: 'Alevantai-vos, vamos embora'. Alevantei-me com os olhos de dormir... Digo eu para o meu pai: 'Vamos embora o quê! Vamos para o Selir'. 'E tu vês pascaço, e tu vês tolo?'. 'Lá que se vê. Nós estamos aqui pelo Norte do Fedorento'. 'Arma os remos... Pára para sondar'. 'Pedra, bote a bóia ao mar'. E eu a olhar para terra, a botar por marcas, a botar, a botar... vamos desandar, vamos a fazer o jeito, desanda a caminho do Norte... Acabámos de botar ao mar, o meu pai destinou: 'vamos marear!' ¹³ (MC).

As áreas de pesca mais distantes são "os Profundos", para onde vão as lanchas da pescada e as catraias maiores e mais ousadas. Ficam de 200 a 250 braças de profundidade. Da Póvoa para Oeste, até ao Mar da Quebrada, os barcos levam cerca de duas horas e meia em boa velocidade. "É um fundo pequeno, não recebe mais que duas redes, propriamente um rego de limpo". Em direcção a Noroeste é Bastuces a marca fixa de Leste ¹⁴. "Vê-se a andar por cima dos montes e acompanha-nos" ao longo de vários mares. A Carreira Branca é quando aquela "alinha com umas carreiras brancas a Sul de Laúndos"; o Atrancado, quando, ao passar em frente a um monte alinha com este, "e os montes da frente se tornam mais baixos". Continuando rumo a Noroeste chegamos algumas horas depois ao Mar das Marmelas, onde Bastuces "entra nas Marmelas" (onde se põe por detrás desta elevação) e deixa de marcar o mar. Neste mar a pedra faz um recanto mais acentuado e vira para Norte. Então os mares seguintes são marcados a Leste por São Lemedo: o Mar da Eira, por São Lemedo à Eira; o Bonito, por São Lemedo a São Lourenço; a Azenha Pequena, por São Lemedo à Azenha Pequena. Próximo de Viana do Castelo, o Mar da Champanha ao Rio é marcado pelo endireito do Rio Lima com a Champanha. Chegamos à Champanha Toda Dentro, "já a cambar ao Norte de Viana", quando esta elevação fica encoberta por Santa Luzia.

¹³ Içar o pano. Quando é para remar o mestre diz: "armar os remos".

¹⁴ Para a localização dos mares com o auxílio dos métodos tradicionais fazem-se triangulações. É um processo que envolve três pontos, um dos quais obrigatoriamente fixo, situado atrás dos restantes.

Se seguirmos da Quebrada em direcção a Sudoeste levamos uma hora a atravessar o Mar da Serra até ao Bico da Migalha, “onde esta pedra faz um recanto para Sul e encontra o Recanto do Mar da Igreja Nova, que bota um pouco mais para dentro, mais para Sueste”. A marca de Leste deste mar é o alinhamento de Bastuces à Igreja de Beiriz. Rumo a Sudoeste, Bastuces acompanha-nos sempre até ao Benfeito da Cajanca do Sul, umas lages de pedra pequenas e onde “é preciso sondar e o barco ancorar e ficar bem para pescar” (por a pedra ser muito pequena). No fim deste mar, a Oeste da foz do Rio Douro, damos com os Secos da Barra. “Botam um bocadinho para Sudeste, e depois vêm para Nordeste, mas é um mar de limpo, só areia”, sem utilidade para pescar. Mas encostado a este há o Profundo do Sudoeste, “tudo pedra, rocha”, onde se apanha bom peixe. Prolonga-se este mar numa extensão que “vem à terra e depois desanda para fora, fazendo um canal muito grande, até botar ao mar de Ovar”.

Estes são os mares das 200 ou mais braças de profundidade. Para o lado de terra e quase em paralelo com os do Profundo, depois de atravessarmos fundos de lages igualmente bons para pescar, ficam os mares da Beirada de Fora, entre 58 a 63 braças. Navegando para Noroeste da Póvoa vamos dos Cais da Serra até à Beirada de Laúndos sempre numa mesma pedra, mas com vários nomes. No fim desta vem o Rotoado de Laúndos. Depois “põe-se um rego de limpo” onde se encontram outras pedras pequenas, mais dispersas: Pedra do Grilla, Fita do Rego e Potão do Rego. Os regos descobrem-se com as sondas de mão. “E agora pelas sondas de espelho e de papel ainda se vê melhor. Dá-se umas remadas. Sonda-se. É pedra. Mais umas remadas. Sonda-se. É pedra. Mais umas remadas. Sonda-se. É limpo. Mais umas remadas. Sonda-se. É limpo. Mais umas remadas. Sonda-se. É pedra. Isto é um rego”. O Rego do Mougim, entre a Beirada e o Rotoado de Laúndos, leva quase meia hora a atravessar. No meio encontramos pedacitos de pedra. Quem der com eles tem muito peixe. Quem pescava na Pedra do Grilla eram só as companhas do Tio António Grilla e do Tio Tomás Cavalheira. O Rotoado de Laúndos tem uns picachos de pedra, uns penedinhos pequenos. Quem descobre esses cabeços ancora logo com duas poitas¹⁵ para o barco não sair de cima, pois “são pegos muito difíceis de encontrar, que se acham quando calha de sondar”. Se a gente diz “é pedra”, o mestre larga logo o pioveiro¹⁶ e depois andamos à volta dele a ver o comprimento da pedra. “Pode demorar muito tempo, [mas] isto é de

¹⁵ Formado por três tábuas de madeira, conjunto que toma a aparência de uma âncora, uma delas perpendicular às restantes, que apertam uma pedra. Uma redepa, pedaço de rede velha com um cabo, engata numa das tábuas. No caso de a poita prender no fundo, na rocha, dá-se um esticão neste cabo para o partir, o que permite libertá-la e alá-la.

¹⁶ Bóia de cortiça pequena, com um cabo e uma pedra. É largado para referenciar um sítio.

dia, e o congro só morre de noite” (nessa fase este pescador andava ao congro com o pai). De dia pescam-se outras espécies, como o cherne e o goraz.

Do Mouguim rumo a Noroeste, navegamos “sobre uma pedra única que leva muitos nomes”, até aos Moirões, marcados a Leste pelo enfiamento da Champanha ao Rio Lima, e pela sonda entre 58 e 63 braças, já a “cambar ao Norte de Viana do Castelo”. Por terra, nas 21 braças, quase contra a praia, estende-se a Beirada de Terra, conjunto de pesqueiros onde se mata muita faneca. Entre a Forcada, frente a A-Ver-o-Mar, e o cais Norte da Póvoa, ela recebe o nome de A Nossa Beirada, nas 21 braças. Para Norte há pedras e regos de limpo, “fracassos”, em cujas enseadas¹⁷ os pescadores poveiros trabalham às peças (redes de emalhar para a sardinha). Tem a Cala¹⁸ da Esteira, a Cala da Barca, a Cala do Rego da Alva. Só estas três calas. O resto é tudo pedra até chegar ao Norte de Viana.

Os fundos de burgau – São Luanhos, Poderosos, Moiteira – são procurados pelos fanequeiros a partir de Janeiro. Junto a este burgo encontra-se lama e comedório que o peixe procura e, “quando as águas são mais negras, boas, dá muita faneca”:

Quando o meu filho chegou a bordo: ‘Pai, quem matou sete ou oito cabazes de fanecas foi o tio Lázaro. E foi aqui para Sul’. ‘Se ele matou, eu vou-me atrás dele e vou-me caçá-lo’. Porque o meu barco andava mais. Mas já não o via... Dois barcos na proa. ‘Deve ser um deles’. Sonda para um lado, sonda para outro... ‘Então o meu irmão matou peixe, e eu nada!’ Também agora não vou para o Norte. Agora vai aqui a caça para a água. Boto mais ou menos... Eu aborrecido, já todo queimado. Diz-me um primo meu, segundo primo, filho de uma prima minha: ‘Manel, não queres que sonde?’. ‘Não, não quero que sondes.’ Porque não queria que eles vissem que eu botei no fracasso, no suado’. Ele pega e diz: ‘É melhor ver a altura...’ ‘Então queres sondar, sonda’. Eu já todo aborrecido. Arreia a sonda, ala a sonda, ‘Manel, é suado!’. ‘E tu, que queres agora? Queres alá-la, a caça!’ Pega, vamos embora. Chega à terra, ordens para de noite. Diz a tia Barbosa (mulher): ‘Manel, queres que vá cedo para a praia?’. ‘Cedo? Apara mas é as mãos para safar o pilado... Vai ser uma carga de pilado ‘chopa’¹⁹. (...) Pega, vamos alar’. Era o meu primo Tábuas que estava à proa. As redes até boiavam com a faneca. Toca a desmalhar... (...) Depois é que passei a andar à sardinha e larguei aquele mar de mão... (MC)

A mediação dos “electrónicos” no reconhecimento dos mares transformará rapidamente esta atmosfera e condicionará os processos de territorialização.

¹⁷ Perímetro de fundo de areia entre limites rochosos.

¹⁸ A “cala” é o espaço entre a pedra e o limpo.

¹⁹ Cachopa – modo carinhoso de o poveiro tratar a mulher.

O esforço visível na busca dos fundos é gradualmente superado e os nomes dos mares são mesmo esquecidos em favor do simples registo das coordenadas geográficas. Como resultado das profundas mudanças nos processos de pesca, assim como da integração na CEE e dos efeitos estruturais decorrentes, assistimos a uma evolução nos discursos e expectativas.

Os “mares electrónicos” e as novas percepções dos espaços marítimos

Com os rumos dados pelo radar e, de há uma dezena de anos a esta parte, gravados pelo G.P.S.²⁰, os olhos já não se voltam para terra em busca de referências. A sonda e o sonar electrónicos registam o tipo de fundos, a sua espessura e as braças de profundidade. Nas artes móveis, a sonda pesquisa e detecta os cardumes que passam sob o barco. O sonar escuta num ângulo mais alargado, centena e meia de metros para os lados. “O sonar pode enganar. A sonda dá a certeza. O barco anda a pesquisar e marca o peixe a 150 metros. Mas pode ser um rilheiro de água. O barco desanda, e com a sonda vai confirmar” (LA e AF). O peixe deixa-se detectar por cores nos monitores electrónicos. Amarelo e verde indicam peixe raro. O azul é o sinal de que o cardume está mais junto. Com o vermelho há peixe para “carregar o barco”. Estes sinais substituem os olhos do mascato, nome de ave cuja visão consegue penetrar a água e descobrir o cardume, mas também apelido dos mestres campeões das traineiras que, à proa, tentam ver para além da superfície marítima os sinais da presença da caça.

O mestre, o contramestre e um camarada de mais confiança seguem na casa de leme atentos aos aparelhos – rádio, radar, sondas, sonar e pilotagem – e às embarcações denunciadas pela electrónica e pelas luzes. Erguidos à proa, os proeiros cortam a escuridão em busca de bóias, signos de artes caladas de diversas pescarias e terror dos barcos da sardinha por nelas uma rede poder avariar-se e ficar inutilizada. Vigiam também possíveis sinais de peixe, complementando as marcas dos electrónicos, e mostram-se atentos aos movimentos das embarcações em redor. “Às vezes, vê-se peixe na sonda. E o mestre pergunta aos homens da proa se é grande, se não é...” Os homens do emprego²¹ (também chamados “marinheiros” ou “encargos”)

²⁰ Global Positioning System – um sistema de navegação por satélite desenvolvido para fornecer dados de posição e de velocidade e uma sincronização global do tempo para viagens.

²¹ Proeiros, homens do leme e sonar, da chalandra, das argolas, da retenida, da bossa, e que seriam atribuídos “aos mais interessados e conscienciosos”. Nas traineiras que laboram em Matosinhos até aos anos 70, que alimentam a indústria conserveira local, há ainda o “escrivão”, que contabiliza o peixe descarregado, e o “virador”, um homem de bordo que “vira os cabazes para as caixas e auxilia na contagem”. Nas traineiras poveiras a função de escrivão é desempenhada pela mestra.

vigiam. Os restantes seguem nos beliches, prontos a subir à chamada do arrais para o início de mais uma caçada. A casa de leme enche-se de notícias cifradas, audíveis nos comandos dos barcos, e que falam da presença ou ausência de peixe. A sonda desenha e dá cor aos fundos segundo o tipo (“pedra”, “godos”, “limpo”, “lodo”...), assinala as braças de profundidade e marca a passagem de cardumes cujas dimensões não compensam um cerco. O barco “riscará”²² durante algumas horas rumos alternados em busca de uma “barria”²³ compensadora. Finalmente, ao alvor, o mestre indica o rumo de um local onde fora detectado um cardume pequeno, que ainda aí se encontra, e fará o lanço. Apita. Sobem os tripulantes. Corre a bossa presa à chalandra e a traineira começa o movimento do cerco. O cabo com um esticão puxa a cuba, a rede desenha um círculo em torno do local onde se detectara o peixe e um homem canta as argolas à medida que a caça se afunda no mar. Pelo canto sabe-se quanta rede já foi lançada e calcula-se o trajecto do barco e o momento de fechar o círculo. Na casa de leme, agora com os aparelhos de detecção desligados, a tensão sobe. Executado o cerco, a “retenida” – um cabo de cerca de 800 metros – passa para as mãos daquele que trabalha ao guincho, que a coloca no tambor, dá três ou quatro voltas e começa a alar, enquanto os colhedores da “retenida”²⁴ a vão colocando no tanque até ao fecho da rede. O mestre relaxa encostado à janela e estima o número de cabazes. A nassa recolhe a sardinha da água, “enxugada”²⁵ na “copejada” da rede, que por trazer o fruto da caçada se chama o “ganha-pão” do pescador. Na popa os homens acamam o chumbo e a cortiça. Num dia em que a associação local dos pescadores do cerco, a Apropesca, definira por limite cerca de quatrocentos cabazes de sardinha, pouco mais de uma dezena não pagará as despesas. Justifica o prestígio, para não vir para a terra sem o peixe, e salva a caldeirada para a companha²⁶: “matou 15 cabazes, mas cinco foram para o patrão e os dez para a companha. Já ganharam algum. Este dinheiro não tem despesas”²⁷ (MC).

Pequeníssimo fragmento das modernas operações de detecção, cerco e captura da sardinha, num contexto de trabalho fortemente apetrechado de instrumentos electrónicos e hidráulicos, o “cerco” é hoje considerado o sector mais estável e organizado das pescarias poveiras e ilustra um caso típico de artes móveis para a caça a cardumes que se deslocam em grandes

²² Diz-se “riscar” quando a chalandra está na água e a embarcação pesquisa a existência de cardumes.

²³ Cardume.

²⁴ Considerado dos lugares de maior responsabilidade, porque uma arrumação incorrecta da “retenida” provoca no lanço seguinte um acidente de risco para as redes.

²⁵ Diz-se “enxugar” o acto de alar a rede até que o cardume se encontre acondicionado só na parte da cercadora chamada “copejada”, embora ainda dentro da água.

²⁶ Embarque na traineira Rumo da Senhora da Guia, governada pelo mestre Vala (da descendência dos Vala e do “Tio” Antoninho).

²⁷ Quer dizer, não entra nos cálculos para o pagamento dos gastos do barco em combustível.

movimentos migratórios regulados pelo ciclo de vida das espécies. Interessa referir o facto de as traineiras possuírem companhias de mar com cerca de vinte e cinco homens e com uma média de idades mais elevada comparada com a dos barcos de outras pescarias – “porque há feriados e fins-de-semana, o trabalho é mais leve devido à mecanização e os períodos no mar mais curtos...” (JFN), e por se praticar uma forma de remuneração do trabalho e do capital considerada mais equitativa²⁸. São factores de atracção também para os emigrantes que, no regresso, procurariam lugar num barco da sardinha, “pois tem-se mais tempo... [e] de há três ou quatro anos a esta parte vai dando dinheiro e os barcos têm trabalhado” (JAP).

Neste capítulo levantaremos cinco interrogações, através das quais apreendemos alguns dos valores do passado e a transição para o momento presente: i) a complexidade nas pescas, ii) a sorte e o azar, iii) a partilha de informações *versus* o segredo, iv) o conceito de bom mestre, e v) as conjecturas sobre uma ética da regulação.

i) O pescador afirma, à semelhança do cientista, que as pescas são uma actividade complexa e difícil de entender. Não obstante tende a excluir o não-pescador do domínio dos conhecimentos verdadeiros, ao considerar os seus o resultado do acumular de anos de prática e de convivência nos modos de vida do mar, única via para assimilar os predicados essenciais ao profissional das pescas – disciplina, vontade e talento. Trata-se de uma afirmação que constitui um simétrico negativo de idêntica tese formulada pelos cientistas, como se pode adivinhar pela postura avaliativa de Mestre Torrão (Maio de 1998):

... a sardinha tem momentos que sorde a partir de uma certa braçagem até uma certa hora da noite. Ela não está metida ali... Depois a partir de uma maré cheia... a sardinha trabalha com marés, com luas... quando a maré vasa começa a escoar e obriga a sardinha a sair mais para fora, e nós caçamo-la fora da pedra. Quando a maré enche ela está metida geralmente em cima da pedra... Não me interessa a mim sair quando está nortada... As águas arrefecem, a sardinha desaparece... Pode estar no dia anterior tonelagem de sardinha a marcar nestes bancos nos aparelhos electrónicos, que vindo nortada é raro fazer-se pesca. Existe sardinha, só que ela não marca, enterrou-se. Botou-se em lugares que o pescador não é capaz de alcançar. Vindo os dias de calma, mesmo calminha, aquecendo o tempo, já dá sardinha outra vez. São análises da prática, não são análises de rastos²⁹...

²⁸ A “caldeirada”, os primeiros 40 cabazes de uma “maré”, é para os tripulantes (23 cabazes para os tripulantes, 12 para o patrão, 1 para o mestre, 1 para o motorista, 1 para o mestre de terra e 2 para a “parte morta” – dinheiro que se divide quando termina a época e se inicia o defeso, para o barco ir à carreira ou estaleiro e as artes secarem). Por isso, “é um dinheiro sem despesas”. O produto da pesca, depois de pagas as despesas do barco (combustíveis), é repartido numa percentagem de 40% para o armador e 60% para os tripulantes, os quais são remunerados por tarefa.

²⁹ Quer dizer, análises realizadas por barcos de pesquisa.

ii) Este quadro pedagógico, que realça a importância da experiência, hoje com nuances induzidas pelas novas escolas de pesca – Forpescas –, e associado ao uso de instrumentos de navegação e detecção muito precisos e à forte capitalização dos barcos, nega aos conceitos de sorte e azar um papel determinante nos resultados da faina: o sucesso depende do trabalho, da persistência e do saber, sobretudo nos casos das artes fixas³⁰, já que nas móveis se lhes concede uma pequena margem de importância. Eis uma expressão do modo pragmático como o pescador lida com a reconhecida imprevisibilidade da produção no meio marinho e dos preços de mercado.

Por outras palavras, ao invés da reflexão científica sobre regularidades e relações de causa e efeito, o patrão e o mestre pescador gerem os acasos, revelando uma capacidade que só os anos de mar permitem, para sistematizar e criar um padrão³¹, com o objectivo de estabelecer uma eficácia produtiva máxima:

No cerco aparece a sorte, sim, porque a sardinha tem um certo trabalhar... Nos noventa e tal por cento que o pescador acerta e dez por cento não... nesses dez por cento existe a sorte. Nesses dez por cento que eu não acertei, o meu amigo que vem atrás, onde eu passei... já tinha peixe... O vice-versa da sorte é o azar. Nós temos de acompanhar a sorte. Temos que trabalhar. Temos que saber... (AT)

A prática do pescador tem a ver com o saber onde e quando o peixe morre... [reconhecendo-se nos antigos essa sabedoria]. No pino do Verão temos de ir à rocha, ao fundo bravo, chamamos nós o bravão. E há um período aqui na zona Norte onde há muitos trambolhões de mar e não se pesca nadinha... (GV)

iii) Este saber torna-se uma peça importante na concepção de estratégias quando associado ao segredo (designado localmente “ronha do pescador”) e à partilha de informações. Partilhar conhecimentos pressupõe dividir o acesso ao produto, embora numa diferente perspectiva segundo as artes, caladas ou móveis. Entre os pescadores das primeiras, é interpretado como repartição solidária (do ponto de vista do acesso ao território), pois darmos a notícia que estamos a pescar bem em determinado pesqueiro significa atrair os “homens do [mesmo] ofício” àquele local e, como veremos no estudo de caso, arriscar um domínio onde a linhagem, o grupo doméstico corporativo e o grupo de amigos actuam como subtil instrumento de controlo do espaço. Em outros termos, é permitir que uma propriedade do grupo, mesmo

³⁰ A sorte “é o saber. E também ter boa aparelhagem, bons apetrechos, boa rede, bom barco... e quase que é obrigado a pescar” (JF).

³¹ “Passei por cima da Galega. Não me deu peixe. E aquele barco passa ao lado 50 metros e já vai apanhar. Porquê? Porque o mestre já sabe que naqueles meses o peixe caíu mais nas beiradas” (JAP). A “beirada” é o espaço onde acaba a pedra e se inicia outro tipo de fundo.

efémera, se torne de facto um bem de acesso livre, ou partilhado com produtores rivais. No caso das artes móveis, são incentivadas práticas cooperativas entre barcos cujos armadores e mestres sejam parentes ou tenham laços de amizade mais fortes, tanto pela especificidade da pesca descrita de modo sumário acima, como devido à imposição de quotas diárias de captura por unidade definidas pela Associação, induzindo uma solidariedade operatória, ou ainda por estarmos perante aparelhos de custos muito elevados onde as ajudas se tornam essenciais para evitar prejuízos maiores em casos de avaria³².

As variantes a estes modelos de sigilo e partilha têm a ver com o curso da História: desenvolvimento dos instrumentos de náutica, visto o radar permitir hoje a perseguição de um barco à distância, e o GPS facilitar a gravação de qualquer local de pesca, “bastando chegar junto à bóia da caçada e gravar as coordenadas geográficas”. Também as mutações nos processos de comunicação têm facilitado o fortalecimento de redes de contacto entre parentes e amigos. São exemplos a “rádio pirata”, pequenos aparelhos que começam a ser utilizados nos anos 60, possibilitando diálogos privados entre o barco e a casa, e mais recentemente os telemóveis, com idênticas funções, mas igualmente para estabelecer redes de comunicação com outros barcos e planejar a comercialização do peixe após o desembarque.

iv) As qualidades referidas, e outras que a nossa descrição deixa adivinhar, essenciais a um bom profissional das pescas, aprendem-se, tradicionalmente, desde as brincadeiras na areia e na língua da maré até ao labor na embarcação, em actos que permitem interiorizar o “jeito de mar” (Azevedo 1972, 1976) e de forma a que o corpo adquira o estatuto de homem feito. Neste contexto vemos o mestre perguntar aos camaradas, após uma primeira viagem, “Quanto vale o rapaz?” (1/4, 1/2 ou 3/4 da “parte do corpo”), e os camaradas do barco beberem uma rodada de vinho, costume conhecido pela expressão “beber a companha”³³. A escola como lugar de aprendizagem altera estes mecanismos de integração na vida adulta, pois anula a função iniciática do trabalho no barco e institui qualquer labor como imediatamente remunerável numa parte do corpo inteira.

Ora, tanto na fórmula pretérita como na presente, o ideal de bom mestre é sempre uma figura que concilia faculdades técnico-cognitivas e qualidades morais. Surge então um discurso de uma ambiguidade e subtilidade

³² “... temos aqueles amigos, mais nossos amigos, com quem se partilha a informação. Compensa não só na captura que às vezes acontece, ou na possibilidade de um barco carregar outro com peixe a mais, mas também quando eu vou largar ao mar e tenho uma corrente de água enorme, muita força de água, e parte-me o aparelho. São 30 a 50 mil contos uma rede. Aqueles meus amigos vêm logo ajudar a alar a rede, uma cortiça, tudo despegado... Havendo essa união eles vêm com as chalandras e os barcos, e consegue-se salvar a rede” (JAP).

³³ O ritual de “beber a companha” faz-se em inúmeras circunstâncias, entre as quais ao se iniciarem os seis meses de safra após o regresso de Matosinhos, antes do bota-abaixo do barco. Nas lanchas também há uma “rede para beber a companha”, cujo rendimento é guardado pela “mestra” (mulher do mestre).

perturbadoras e onde valores, na aparência antagónicos, constituem os alicerces ideais desta personalidade central nas pescarias.

Será um homem que tem sorte porque “faz pela vida”, não fica “com o barco amarrado ao cais”, em terra, quando os outros saem, nem é o último a sair a barra andando atrás dos rumos dos outros, pois assim “quando chegar lá já os barcos estão cheios de peixe, e chega lá e anda de um lado para o outro e não caça nada. Não é a sorte que o faz pescar. Tem sorte, mas não acompanha” (JL e JS). Acompanhar a sorte significa “ter um bom barco, condições para pescar”, e o mestre deve “descansar em terra, pois se vai dormir para o mar não pode apanhar peixe” e não está atento aos comunicados (JAP). Deve também possuir as qualidades de “bom condutor de homens”, de “respeitador do camarada”, visto que “o homem que é activo, se não é num dia, é no outro que caça o peixe”, realizando novas experiências – e “quando aqui não dá, mas em tal parte o mar está folgado, há tanto tempo que ninguém lá vai, vamos experimentar”, independentemente de encontrar peixe, “mas ao menos já sabemos se tem, se não tem...” (AL). Opina-se também que o fundamental não é ser “um bom pescador, mas que saiba acarinhar a companhia”, embora seja preciso “ter no fim aquele rendimento” que resulta de possuir os instrumentos em boas condições e em quantidade suficiente³⁴, o que pressupõe “um comportamento recatado” e muito “descanso”, para “estar lúcido em termos de artes que vai lançar” e ser capaz de consciencializar a tripulação sobre as tarefas a cumprir, assim como ele próprio “tem de saber o que quer quanto aos fundos, à procura, à altura de pescar o peixe, às espécies mais fartas que outras segundo a altura do ano. Ainda hoje, se ele tiver a tal vontade de entrega, aproveita a experiência dos mais velhos, o tiquezinho do pai...” (GV). Importante é também o autocontrolo num universo onde as tensões são constantes, condição para ter “discernimento na maneira como se faz as coisas [e] capacidade de orientar uma companhia”, disponibilidade mental para alternar pesqueiros quando a pesca é fraca, pois “o bom mestre tem que ser assíduo. Não se pode deixar ultrapassar. Se aquele vai eu também tenho que ir... Conhecimento, capacidade, actualizar-se sempre, os aparelhos são muito importantes” (JF).

Em síntese, além das qualidades ligadas ao trabalho e ao rendimento, a axiologia do “bom mestre” pressupõe uma inquietação permanente face ao seu papel de condutor e responsável pelos camaradas e suas famílias:

É o responsável pela vida dos tripulantes. Tem que trabalhar, saber trabalhar... um pouco de sorte e um barco recheado de instrumentos, tem que

³⁴ “Se eu tiver 200 redes apanho uma quantidade de peixe; se tiver 400 apanho outra quantidade. Se eu tiver 200 redes todas despedaçadas, só estou a meter para a água cordas.... Nós temos que fazer pela sorte. Temos que ser activos. Não é atracado ao cais, com o aparelho dentro, que vem a sorte para botar o peixe dentro do barco. A qualidade do aparelho conta muito” (JFN).

estar sempre actualizado, porque se fica para trás acaba por perder o campeonato dele... Governar uma embarcação são vinte homens, e estes vinte homens têm mais vinte mulheres, e esses casais todos têm mais filhos... Se não tem sorte, se não sabe trabalhar, ou se perde uma rede hoje, perde amanhã... muito dinheiro de rede, pára a embarcação (JRC).

v) Por estas breves aproximações somos introduzidos num universo voluntarista, onde o querer individual é um dos princípios básicos para o sucesso nas pescas. No entanto, o espírito individualista não coexiste pacificamente com as presentes circunstâncias do exercício das pescarias e as expectativas da sua evolução no interior da CEE. Impotente para fazer valer os pontos de vista próprios, tanto mais que no campo das pescas se cruzam alguns conflitos institucionais relevantes – saber científico *versus* empírico, pesca industrial *versus* local e costeira –, para o pescador de pequena escala a política da CEE é o paradigma do distanciamento e da insensibilidade, burocratizada e comparativamente desfavorável aos seus interesses:

Temos aqui anos que até podemos pescar no defeso... E agora apresentam-nos, através da CEE, que só podemos pescar 180 dias à sardinha! E o que vamos fazer os outros seis meses?, se por acaso damos as 180 marés que, por Deus, não damos! Porque os tempos não permitem às vezes, como no caso do ano passado, que foram logo dois a três meses seguidos de temporal... De outra maneira, mesmo que tenhamos um ano de tempo bom, eu pergunto, o que é que eu vou fazer ao meu barco quando acabar a minha tonelagem? Na sorte em que tive de pescar grande quantidade acabo por vender barato... (AT).

Decorre desta atmosfera a emergência de um discurso ao qual atribuímos uma forte carga moral e que, em função dos conteúdos, identificaríamos em quatro tópicos:

- i) repentino acumular de limitações e exigências burocráticas (quotas, licenças de pesca, dimensões das espécies capturáveis, etc.);
- ii) interditos que recaem sobre as pescarias artesanais, como é o caso do defeso da pesca à faneca, e não se aplicam ao arrasto da industrial e ao peixe comercializado originário do estrangeiro, cujo produto seria comercializado sem entraves;
- iii) sentimento de que os governos se limitam à mera aplicação de penas, sem adaptar as regulamentações às necessidades das pessoas e das unidades económicas que vivem das pescas; e, em consequência,
- iv) certeza, enunciada pelos profissionais do sector, de que o universo piscatório não se regula pela mera fiscalização exógena, mas implica valores humanos e patrimónios culturais que, quando ignorados, desestabilizam o modo de vida dos grupos cuja subsistência depende destas actividades: “O pescador tem 500 peixes no mar. Se puder trazer 500 para terra, traz...

A gente diz: tenho de matar, pois se não matar, vou passar fome. Há toda uma organização que nos obriga a proceder desta maneira” (JAP).

Este cenário é agravado no cotejo do panorama actual das pescarias com o passado, onde a modernização e o crescimento da frota após a entrada na CEE trazem, na fase inicial, uma capacidade desproporcionada de captura, seguindo-se uma angustiante queda na escassez³⁵, visto os mares mais explorados serem ainda os descobertos pelos barcos à vela, mas agora submetidos a muito maior esforço: “Os barcos puderam modernizar-se e navegar para maiores distâncias, mais longe, mas nem todo o mar tem peixe. É por isso que eles ainda usam a Quebrada, a Carreira Branca, a Serra, os Bonitos, a Igreja Nova...” (AL).

Em relação a soluções já adoptadas, ou apontadas – abate de barcos, restrições de licenças, defesos... –, a opinião mais comum é que elas teriam maior aceitação se fossem tomadas em concerto com os representantes dos pescadores. Também se afirma que os regulamentos existentes não são eficazes e, além disso, implicam elevados custos sociais para a classe dos camaradas, forçados a emigrar³⁶ e, em consequência, obrigando muitos barcos da frota a pararem ou a trabalharem com o número limite de tripulantes. É nesta conjuntura que se recuperam formas de recrutamento típicas, principalmente através da formação de companhias com familiares mais chegados:

O armador que não tiver este suporte (a família), ou é muito bom pescador, e não é o mais inteligente, é o que usa muito mais aparelho que os outros. E não sendo um pescador dos bons, para ter uma companhia de pessoas que não são de família, tem de recorrer, para ter companhia, a genros, filhos... (AP).

Ressurge também a figura do “homem de aparelhos”, o armador-mestre com os armazéns bem providos de “armas em condições de matar”, sempre pronto para substituir as avariadas, e cujos ganhos se destinam prioritariamente à compra de mais material para fabricar artes.

Por fim, imbricadas nos valores de maior estima entre os homens das pescas, projectam-se as formas de percepção do meio marinho associadas ao uso de electrónicos. O pescador dos barcos de pano e remos e das primeiras sondas electrónicas descobre a presa (sardinha) “a ver com os próprios olhos”, na hora do assejo quando o mascato pica em direcção à água, e pela

³⁵ “A tutela deixou indiscriminadamente fazer embarcações. Há barcos a mais. Havia muito peixe, não se pensou nas consequências. Acabou-se mais depressa com os *stocks* de peixe valentes que tínhamos e agora, para matar o que temos, os barcos já são muitos. Talvez quando se deu o licenciamento não fossem. Eram poucos. Mas, olhando o futuro, eram muitos...” (AP).

³⁶ Situação que está na origem de um importante movimento migratório para a Galiza (Vigo e Corunha) e País Basco (Ondarroa e San Sebastián).

altura do voo presente o tamanho e a profundidade da barria, (“pois o peixe que vai toneiro nunca vai com mais quantidade do que aquele que vai de meia água para baixo”); na “borbulhada” avistada pelos proeiros à luz do sol; pela “arda” nocturna da água; no “sentir o peixe com a água cega” (sem “ardência”), quando “faísca” ao vir à superfície; com o “bater pião”, uma pedra atada a uma tralha de três a quatro braças que fere a água – “era preciso saber bater” –, “e o peixe dava um clarão e eles imediatamente largavam a rede; através do “largar à sorte” se nada se avista, e “vem uma ideia à cabeça do mestre e imediatamente, ‘vamos dar este lanço’ [e] vinha aquilo que Deus dava” (JRC).

Vê-se, deste modo, que a percepção das coisas do mar e dos sítios onde se acoita ou corre a presa depende do desenvolvimento de capacidades sensitivas – a intuição ou “tino”³⁷, os olhos que do barco descobrem as marcas de terra, a sensação que da profundidade se comunica aos dedos do pescador através da tralha da sonda e o induz a imaginar os contornos de uma paisagem submarina de recantos.

Com as sondas electrónicas aparece um suporte material mais nítido na exploração dos fundos e dos recursos piscícolas. À medida que se encolhe a proporção de aleatoriedade nos lanços, as embarcações aumentam o poder de captura, visto não se tratar só de detectar o peixe, mas também de saber colocar a caçada nas tocas mais recônditas, navegar com a ajuda do satélite e localizar o ponto exacto onde foram deixadas as artes, alá-las e voltar a lançá-las nas mesmas curvas e ângulos, ou um pouco ao lado, segundo a época do ano. Neste contexto um mero instrumento de navegação transforma-se num aparelho de caça e numa mais-valia para as artes de pesca ao evitar demoras na sua busca, impedir que se percam sugadas pelos “profundos”, permitir a escolha da área certa onde devem calar ou cercar, facilitar a programação das caças a alar segundo os dias da semana e em função de uma determinada ordem nos alimentos, ou de um princípio de eficácia. Contudo, a noção mais rigorosa dos fundos é sinónimo, outrossim, de acrescido desgaste de recursos. Estamos perante um movimento em espiral, que leva sucessivamente da diminuição das capturas à necessidade de investir em aparelhos, prólogo de novo decréscimo e renovadas capitalizações. E, em consequência, face a mares cujas imagens já não se constroem pela denominação exaustiva e pelo sabor, pois “se secassem de repente o Mar ficava tudo pasmado a ver o que estava neste Mar de Cristo” (JS e JL), “essas toquinhas, esses sítios, esses pesqueiros que os velhotes sabiam... encontrávamos a maior lixeira do mundo. Só redes, só redes...” (FC₂).

³⁷ Manuel “Cavalheira” foi tripulante do barco governado pelo pai até aos 36 anos: “... e depois o meu pai ainda trabalhou comigo, já eu de mestre, e eu pedia sempre um conselho... Estávamos aqui ancorados nesta pedra. Às vezes não dava nada e ele dizia-me: ‘Se a gente fosse a tal pedra, aqui a esta?’ E ele pelo tino, pelo andar do remo, ele dava com esta pedra melhor que eu! Sem olhar para a terra, que ele já não via. Só pelo espaço!...” (MC).

O pescador diz que o peixe não tem tempo para folgar, sufocado entre artes e submetido à precisão das modernas táticas de pesca. Não obstante, e porque o seu sucesso económico está muito ligado à vertente material e técnica, os armadores das pescas continuam a desenvolver estratégias de aproveitamento financeiro com o objectivo de aumentar as capacidades de captura.

Estudo de caso – uma saga familiar: a família Viana –



Nos anos 60, Mestre Viana adquire dois barcos à vela, Bocage e Nossa Senhora de Fátima, juntamente com vinte peças de aparelho da sardinha, por nove contos. Descreve-os como sendo de um tipo que “andam mais para o terreno” e, explica, “comprámos aquilo para trabalhar”, um para a sardinha (redes de emalhar de deriva) e o outro para a faneca (redes de emalhar fundeadas). Os três genros e dois filhos mais velhos³⁸, “todos da casa”, formam o núcleo fixo da “companha”. A mulher e duas noras apoiam os trabalhos em terra. Em algumas ocasiões acolheria um ou outro homem, “era conforme, se tinha pena botava”. É porém nos meses da “faina maior”, quando os bancos do bacalhau lhe levam os filhos e os genros, que recruta “um ou outro homem de idade de fora, o filho mais novo com idade para o mar³⁹ e um ou outro rapaz de fora...” Após a chegada dos bacalhoeiros “os filhos e os genros vêm todos para o lugar deles”.

Não obstante estes barcos terem sido comprados com as economias reunidas da pesca do bacalhau, poupanças e mancomunação dos ganhos, sem apoios estatais, é deste período que Mestre Viana guarda uma imagem mais positiva das pescarias na colmeia, fartas em sacrifícios e em peixe, quando compara com o presente, escasso de espécies piscícolas mas abundante em restrições, burocracia e impostos:

Havia mais peixe e andávamos à vontade... Não havia essa coisa de pagamentos, de prejuízos... As autoridades, os guardas fiscais, vinham ver o barquinho, o peixinho do mar, e a gente oferecia-lhes o peixe. Levavam um safio, meia dúzia de fanequinhas... Assim se conseguia comprar as coisas e educar os filhos.

Nos finais da década (1969) “faz” A Nossa Família, equipado com um motor Lister ao centro, na sequência das inovações introduzidas nas catraias da sardinha por Domingos Caxineiro (Azevedo 1985). Não obstante pescar com bons resultados ao “trole” (aparelho de anzóis), não consegue acumular

³⁸ O mais novo, Gerónimo Viana, nasce em 1960 e só terá idade para andar ao mar em meados da década de 70.

³⁹ Joaquim Viana, que na altura das pesquisas para este artigo governa o Mestre Quim.

capital suficiente “que desafogue a vida, porque o peixe não dá dinheiro”. Este barco será vendido para Buarcos, “a uns amigos que andavam ao bacalhau com o genro” (casado com a filha mais velha).

De uma intensa vontade de trabalho, como os “antigos”, prefere ter ao lado da cama as redes em lugar de móveis, convicto que delas provém “o ganho”, e vê “o barco como uma enxada para escavar... um ideal para a sobrevivência”, mais do que a expressão de um espírito de investidor (GV). É ainda neste espírito que faz em 1974-75 A Rainha dos Mártires por cerca de oitocentos contos. Dentro do uso local, que prescinde dos formalismos da assinatura de papéis (“bastava a palavra da pessoa”), paga metade ao estaleiro na ocasião da encomenda e entrega a restante quantia em prestações, consoante os seus ganhos no mar e à medida das diferentes fases da construção até ao bota-abaixo. Também segundo o costume paga o motor com os rendimentos das marés do barco novo. Uma unidade com 11 metros e “tripulação familiar, da casa”, onde se inclui já o mais novo dos filhos, Gerónimo Viana. Pescará até cerca de 1978 ainda com “peças” da sardinha, mas o aparecimento das redes cercadoras constrange os “sardinheiros” a mudar de sistema. Com as “peças” o trabalho de “desmalhar” é moroso, decapita o peixe e a sua qualidade deteriora-se quando as redes ficam no mar durante o mau tempo. A sardinha é atacada pelo pilado que a sangra (os “tranchos”), ou fica muito moída pelas “voltas do mar” (o “bandalho”), em ambos os casos considerada mais saborosa pelos pescadores quando cozida a preceito, embora de valor comercial muito inferior. Acresce a maior eficácia do cerco, visto apanharem com facilidade 200 “cabazes”, quantidade que nas redes de emalhar exigiria uma noite de trabalho e parte do dia. Este conjunto de aspectos reunidos actua como factor de selecção e fará com que as fábricas de conserva passem a rejeitar a sardinha das redes de deriva, induzindo-os a mudar para o “trole” – aparelho constituído por uma linha principal, várias secundárias que “de braça em braça” (por exemplo) se unem a esta, em cujos extremos se atam os anzóis, e que se lança ao mar com o barco em andamento, podendo estender-se por vários quilómetros.

Com A Rainha dos Mártires dá os primeiros passos para a fixação em Matosinhos (1975-76), embora esporadicamente já lá pesque com A Nossa Família, na expectativa de ganhos mais regulares por se tratar de “uma barra franca” e só negada em condições extremas de mau tempo. Ao conhecimento de alguns mares do tempo da safra da sardinha adiciona a busca de outros pesqueiros⁴⁰. No início o comboio ou camioneta traz a família todos os dias às Caxinas, “artes de pesca” às costas e “aquela vontade de querer vir a

⁴⁰ “Hoje pescava aqui, amanhã pescava noutra sítio, marcava por terra... sabia tudo de cor, ficava tudo na cabeça... e vai-se passando para os filhos... Tinha que ter sempre aquilo na ideia... Quando fosse para o mar já ia para um pesqueiro desses”.

casa”, onde chegam pela meia noite e de onde partem às cinco da manhã, num carro de peixe que negocia em Matosinhos, percurso a ser feito dois anos depois num Land-Rover de um compadre regressado de África. Nesta escolha adivinhamos a vontade de transmitir estabilidade ao rendimento familiar. Mestre Viana, três genros e três filhos, que prolongam uma herança de luta e resistência e cujo espírito é incutido pelo membro fundador, trabalham nesta altura cerca de 16 horas por dia para satisfazer esse objectivo:

Trabalhava-se muito, mas foi o que valeu para aliviar a vida. Saíamos de madrugada porque esperávamos pelas traineiras, que vinham do mar com o isco fresquinho por volta das sete horas... Depois começámos a comprar o isco no dia anterior para sair entre as duas e as três, depende de para onde se ia pescar, para aproveitar o alvor com o trole... E regressa-se ao final da tarde (MV).

Gerónimo Viana sublinha com frequência a “vontade do mestre” como um factor chave no sucesso de uma embarcação. Quando esta “fraqueja”, quando “o mestre já não tem aquela força para ir ao mar” e regressa mais depressa a terra, a “companha” ressentem-se imediatamente e baixa o ritmo de trabalho (GV).

Em 1979-80, formada a Sociedade ⁴¹, faz-se o Dragão do Mar com a compra do alvará por seiscentos contos em Gaia, e o barco, já meio construído, por cerca de oito mil contos. Recorrem pela primeira vez a um empréstimo bancário (sem juro bonificado e com as últimas prestações a 31%), para o qual chegam a hipotecar a residência. Escolhe para governá-lo o filho mais velho, Manuel Viana, então mestre de A Rainha dos Mártires, e neste fica um genro, casado com a filha mais velha. Este casal abandonará posteriormente a Sociedade, ficando “a andar aqui ao mar”, o que eventualmente terá a ver com o facto de não possuírem filhos herdeiros e não encontrarem justificação para manterem níveis de esforço de trabalho tão elevados. Após a saída será substituído por Joaquim Viana (o segundo filho masculino). Este será o momento de Mestre Viana “entregar A Rainha dos Mártires aos filhos”, contra o seu valor e com o compromisso de estes o irem ajudando durante a reforma.

Em obediência ao costume da “colmeia”, o filho mais novo, Gerónimo Viana, só assumirá uma participação efectiva na Sociedade após o casamento, pois até aí a sua “parte do corpo” é entregue à mãe e é nestes parâmetros que devemos entender as palavras do pai na ocasião: “eu entro por ele, e quando casar, a Sociedade é para ele”. O casamento é na colmeia piscatória

⁴¹ Gerónimo Viana dá preferência à expressão “ambiente familiar” para definir o grupo de trabalho inicial. A Sociedade ou Empresa forma-se com a obrigação de apresentar uma contabilidade, o que coincide com os chamados “empréstimos do Mário Soares”.

o momento ritual em que um rapaz passa a ter dinheiro seu, pois até aí a sua “parte do corpo”, ganha como membro de uma companhia, é entregue à mãe. Quando acontece o matrimónio, e como norma actual neste processo de reciprocidade, as famílias pagam a meias a boda: a da rapariga põe a mobília da cozinha e a do rapaz o resto da casa. Tradicionalmente o rapaz leva só a “roupa do corpo” e a rapariga coloca a mobília. Verificam-se variantes em torno destes modelos, seja numa análise retrospectiva, seja num olhar aos processos actuais ⁴².

Com os 17 metros de comprimento do Dragão do Mar e a exigência de uma companhia média de dezoito indivíduos, o recrutamento dos tripulantes passa a fazer-se no exterior da casa, contribuindo de modo significativo para alterar os princípios de estabilidade até aí dominantes e assentes no grupo de parentesco. Nesta embarcação, como em A Rainha dos Mártires, utiliza-se um processo de trabalho no qual os barcos são auxiliados no alimento por chalandras ⁴³, contratando-se dois homens para em terra “safarem anzóis” ⁴⁴ não “safos” durante a viagem de regresso, o que constitui também uma novidade nos mecanismos organizadores da companhia.

Em 1985 faz-se o Mestre Quim, para substituir A Rainha dos Mártires, com a ajuda de um empréstimo, cujas últimas prestações atingem 17%, e do dinheiro feito com a venda deste último barco, num período em que os estaleiros se encontram assoberbados de encomendas (1980-90) e os preços sobem de modo excepcional. À guisa de comparação, o alvará do novo barco custará três mil contos e o seu motor o dobro (mais três mil que o do Dragão do Mar) – “... o mesmo barco de oito mil contos passados cinco anos custa vinte e um mil contos, embora com umas estruturas mais fortinhas!” (GV). Ambas as embarcações andam ao “trole”, com a particularidade de o Mestre Quim usar só três chalandras durante a fase de adaptação do mestre Joaquim Viana, visto estar “a passar de um barco pequenino, A Rainha dos Mártires, para um maior”.

Entretanto, nos finais dos anos 80 as companhias começam a levantar resistências ao “trole” pelo esforço de trabalho que exige. Em simultâneo surgem notícias sobre uma nova modalidade para caçar o polvo, os alcatruzes – “foi aí que nós viemos para os covos, e depois mais tarde para os alcatruzes... começaram a dizer que dava, e nós, aquele que dá...” (GV).

⁴² É o exemplo de um casamento virilocal (1945) descrito por Manuel Cavalheira – “Na nossa classe ficava para a mãe [a parte do corpo]. E às vezes casava-se e as mães ainda queriam. Como eu, casei com 19 anos... A mãe era senhora do filho até o filho ir para a tropa... E para deixar casar os pais eram obrigados a assinar. A mãe exigia, faz de conta, meia parte. Outras exigiam que se pagasse as despesas que tinham feitas. Outras para tirar os trapos do penhorista...”

⁴³ “Alar o aparelho” significa recolhê-lo para dentro do barco e retirar as espécies capturadas.

⁴⁴ Depois de alar um aparelho, e em geral na viagem para terra e no armazém, é preciso “safar anzóis”: na gíria piscatória o trabalho de retirar os anzóis dos “estralhos” ou “estrovos” (linha secundária) e colocar o aparelho direito dentro da “gamela” (“madre” e “estralhos”). Uma “caça” pode ter alguns milhares de anzóis.

A Sociedade lança-se então às novas artes, inicialmente os covos e dois anos depois os púcaros (alcatruzes). Quando, por volta de 1989, o Governo legaliza o uso destas modalidades os seus membros sentem-se tecnicamente preparados para as empregar, pelo que cedem as redes e obtêm por troca a concessão de pescar segundo tal método.

O espírito de investimento e o desejo de expansão, conjugados com os compromissos financeiros assumidos pela Sociedade, explicarão, de algum modo, o facto de as companhias realizarem agora marés de mar que têm em média vinte horas diárias.

Como consequência da passagem para estas novas artes, e naturalmente de uma fortíssima disciplina de trabalho, verifica-se uma melhoria substancial dos rendimentos e da produção. O sucesso é atribuído, por um lado, ao facto de terem sido dos primeiros a utilizar covos adaptados à caça ao polvo⁴⁵ e, por outro, a uma forma de organização do trabalho que procura valorizar as componentes intelectual e material, de modo a equipar as embarcações sempre com os instrumentos mais modernos e adequados às pescarias que praticam e, em simultâneo, manter a companhia bem preparada e com aparelhos em condições para trabalhar. Um exemplo da eficácia desta gestão é o facto de os armazéns estarem preparados para substituir caças avariadas (por danos provocados pelos arrasto, por roubo, por “voltas de mar”, por desgaste) ou partes delas, bastando para isso o mestre comunicar às companhias de terra o material a substituir. A substituição é preparada logo nesse mesmo dia, e os barcos levam o material novo na maré seguinte. Outra razão para os resultados positivos é a estabilidade conferida pelo facto de laborarem sozinhos, defendendo-o da interferência de outras artes e embarcações, no mesmo conjunto de pesqueiros, há cerca de vinte anos, processo que facilitaria as rotinas de captura.

Será neste âmbito que em 1993 se comprometem na construção de uma unidade de maior capacidade para substituir o velho Dragão do Mar, o qual, abatido juntamente com mais três pequenos barcos comprados para o efeito, perfará a tonelagem desejada, num custo total de sessenta mil contos, sem contar com os aparelhos. Beneficiam agora de apoio do Estado no âmbito das políticas de renovação da frota de pesca portuguesa.

Comentário e conclusão

Até meados dos anos 70 são raros os pescadores a recorrer a fundos ou subsídios para a compra de barcos, procedendo-se à sua aquisição pela

⁴⁵ Os covos utilizados até essa altura destinam-se à pesca à faneca. São de forma redonda e alam-se na mesma maré e duas a três horas depois de lançados. A experiência do pescador diz-lhe que o polvo quer um aparelho mais permanente no mar, onde esta espécie se abriga.

modalidade descrita atrás: motor pago com os ganhos das marés e casco em prestações segundo as diferentes fases da construção até ao bota-abixo. Embora observemos nesta década um certo crescimento da frota apoiado pelo FRAIP (Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca), a sua pesada burocracia levanta contrastes ainda mais nítidos quando em cotejo com a simplicidade de processos no interior da comunidade (“bastava a palavra”), e as ajudas em 75% do custo da embarcação não se revelariam compensadoras aos raros pescadores que buscaram tal apoio ⁴⁶. Entretanto as lutas laborais após o 25 de Abril afectam a estabilidade das companhias e muitas encomendas feitas aos estaleiros são canceladas. Esta atmosfera de crise é desbloqueada por medidas tomadas pela Secretaria de Estado das Pescas, beneficiando alguns armadores da totalidade dos empréstimos, juros bonificados e subsídios não reembolsáveis. Surgem então os chamados “empréstimos do Mário Soares”, cujas facilidades entre a classe piscatória da Póvoa teriam levantado mais dúvidas que entusiasmo, mas que os Caxineiros, e os regressados das ex-colónias, aproveitaram com mãos ambas, eles próprios descobrindo os mares até aí só explorados pelas lanchas e batéis dos pescadores a Norte da Igreja da Senhora da Lapa.

Também nos dizem que o pescador das Caxinas “era homem da pesca ao bacalhau”, dando prioridade à construção da casa mais que à aquisição e melhoramento das embarcações – “para os Caxineiros em primeiro lugar estava a casa. Por isso eles sempre tiveram melhores casas que os poveiros. O meu pai era ao contrário. Primeiro o barco, ‘que me dá o ganho’, dizia, depois a casa” (FC).

Será nesta conjuntura de desenvolvimento que Mestre Viana dá os passos necessários para alargar o primitivo conceito de investimento do grupo de trabalho familiar. A constituição inicial da companhia com base no tronco agnático (pais, filhos de ambos os sexos e respectivos cônjuges), agrupado numa propriedade comum e com mancomunação de capital e bens, permite superar a frágil capitalização do agrupamento e torneiar o período conturbado de conflitos laborais acima referido. Num quadro social em que a vontade é valorizada até aos limites do inaudito, o riquíssimo capital humano da família cria as condições de possibilidade do trabalho e, com o tempo, do investimento monetário.

A criação da Sociedade traz novas circunstâncias e a necessidade de realizar duas funções básicas: i) gerar rendimentos que satisfaçam os tripulantes, recrutados agora fora do grupo de parentesco; ii) criar bases para

⁴⁶ Refiramos que, dos anos 1940 até finais de 1960, só os pescadores de recursos ou as cooperativas se mostram capazes de adquirir embarcações motorizadas (Azevedo 1985): O Manuel Lírio (1947) da Casa dos Pescadores da Póvoa, O Pensamento (1948) de uma sociedade de 12 pescadores, o Beiriz (1949) da Sociedade de Pesca Vila da Póvoa e a Poveirinha (1960) pertença de uma sociedade de 10 pescadores.

um investimento regular em novas tecnologias, instrumentos e barcos sempre mais modernos – o que significa, à semelhança do ocorrido em outros contextos referidos na síntese bibliográfica, compromissos com instituições financeiras e a desestruturação dos sistemas informais de empréstimo e pagamento.

Observemos que estas metamorfoses não atingem a estrutura básica da gestão da companhia, apoiada nos cônjuges femininos, nomeadamente quando Gerónimo Viana se encontra no mar. Aliás, em Março de 1999, encontramos-lo em funções mais permanentes a bordo do Mestre Quim. Na aparência as cunhadas haviam contestado a sua posição na estrutura da empresa e o facto de ir menos vezes ao mar (para substituir os irmãos ou cunhado, ou na falta de membros da companhia). Para elas o labor essencial é o realizado a bordo das embarcações. Gerónimo Viana tem uma perspectiva diferente do trabalho efectuado em terra, e das suas potencialidades, sobretudo no capítulo de novos investimentos, através de projectos ligados à aquacultura e à criação de viveiros, assim como das vantagens a extrair dos conhecimentos institucionais.

Uma tensão entre uma ideia de desenvolvimento dentro de parâmetros já conhecidos pela família, com riscos e benefícios em relação aos quais consegue estar relativamente desperta, e uma outra inspirada em projectos que, aos olhos de Gerónimo Viana, surgem como uma via para assegurar à empresa áreas que compensem as flutuações na produção e nos preços.

Cultivando os valores clássicos que definem a personalidade do bom pescador e do bom mestre, claramente presentes na figura de Mestre Viana e na passagem do “ambiente familiar” à Sociedade, a família vai conseguir associar o esforço sobre-humano do período de Matosinhos ao espírito moderno de capitalização e aposta contínua em novos instrumentos. Ambos os barcos trabalham com artes fixas. Portanto, pelos padrões atrás expostos, em “modos de vida” onde se procura reduzir o “imprevisível” à dimensão mínima. Alcançam este fim aliando o conhecimento tradicional dos mares ao emprego de uma tecnologia extremamente sofisticada e ao culto dos valores mais exaltados na ideologia piscatória – trabalho, disciplina e vontade.

No ano de 1998 as capturas do polvo atingem valores nunca antes alcançados, o que Gerónimo Viana atribui ao facto de os pescadores onde laboram se não encontrarem “massacrados” com tipos de artes muito diversos e com redes de “jarda”. Em consequência, os fundos encontrar-se-iam mais protegidos. Estas palavras podem ser interpretadas como uma defesa dos usos dos espaços marítimos, e também como a afirmação do carácter ecologicamente mais preservador das artes utilizadas quando comparadas com outras.

Na perspectiva da Economia das Instituições estamos perante estratégias de resposta aos estímulos da economia de mercado e aos seus jogos de atribuição de preços (Acheson 1994). Estes serão tanto mais controláveis e, neste viés, o sistema económico será tanto mais equilibrado, quanto mais claras forem as normas ou instituições que definem os direitos de uso/apropriação. A um nível pouco intensivo de exploração dos recursos os esquemas de posse das áreas marítimas poderiam limitar-se ao sigilo (e às táticas de obtenção de informação). Entretanto, no caso das companhias por nós estudadas, e das pescarias em geral na costa Noroeste de Portugal, onde a crescente sofisticação dos instrumentos de navegação e captura coabita com uma clara depreciação dos recursos, tais táticas são insuficientes. Todavia, os actuais usos (pela manutenção das artes) das superfícies e pesqueiros não podem ser tomados como solução política e administrativa definitiva: i) porque o actual sistema é um voraz consumidor de capitais, tecnologia e aparelhos de captura, dependente de índices de produtividade difíceis de atingir e manter; ii) pelas situações de confronto, reais e potenciais, assim surgidas entre as companhias; e iii) porque tais práticas interferem na capacidade de as espécies marinhas desenvolverem os processos vitais de reprodução e maturação.

Apesar de as questões levantadas neste artigo remeterem para todos estes factores, interessam-nos sobretudo os dois primeiros, omnipresentes no quotidiano dos grupos piscatórios. A 12 de Julho de 1999, já em fase de revisão final deste comentário, os barcos que andam em redor das 30 a 50 braças⁴⁷ atracam ao cais da Póvoa de Varzim com a ameaça de suspenderem os trabalhos. Pelos rádios os mestres tinham combinado uma reunião para cerca das 19 horas, a fim de decidirem as “ordens” para essa noite⁴⁸ e que medidas tomar. A vedeta da marinha alara artes de pesca a pretexto de não se encontrarem sinalizadas com chapas metálicas e “lampariços” (luzes). Corre a versão de que os armadores dos barcos de cerco se tinham queixado da falta de sinalização das artes caladas, motivo de frequentes avarias nas redes quando, nas operações, são apanhadas no interior do perímetro cercado. Manifestam também o receio de que a vedeta continue tais alimentos nos dias seguintes, visto ninguém sinalizar artes com luzes.

Tenhamos também em atenção que a demarcação dos pesqueiros é um processo relativamente recente para este tipo de pescarias e com esta intensidade (terá cerca de duas a três décadas). Na aparência, o receio dos mestres das artes caladas em sinalizar as caçadas com luzes e chapas

⁴⁷ As embarcações que lançam os seus aparelhos em pesqueiros que se encontram a esta profundidade.

⁴⁸ “Dar as ordens” é indicar as horas em que os membros da companhia devem comparecer a bordo do barco, preparados para o embarque. Por isso se diz, “as ordens são para as 11 horas”, ou “as ordens são para as duas horas”. Mas se o mestre decide não embarcar, diz-se “as ordens são para não embarcar”.

metálicas é consequência do medo de furtos e avarias intencionais provocadas pelas companhias do “mesmo mister”, já que as bóias ficam muito mais expostas à detecção.

Uma vasta literatura vê a definição dos direitos de propriedade dos recursos piscícolas (ou do acesso a estes recursos) como uma das possíveis estratégias para a preservação das riquezas marinhas e para o equilíbrio económico das populações que delas vivem. O “mar é de todos” é uma expressão corrente entre os que se dedicam à pesca. Contudo, o acesso ao peixe é gerido, no seio dos grupos piscatórios, através de mecanismos reconhecidos pelas companhias de pesca e que retiram ao costume a força das suas normas. Pelas suas características diáfanas, como é o caso do segredo, ou por não corresponderem a uma regulação das actividades económicas pelo Estado, como é o do respeito pelo uso tornado habitual dos fundos (uma versão informal da posse privada), estes mecanismos não são valorizados pelas autoridades administrativas. Representam, contudo, modos de adaptação às mutações históricas e revelam-se, em muitas circunstâncias, a única forma de conciliar os interesses das companhias que competem pelo acesso ao melhor local de pesca e, em simultâneo, têm de satisfazer as obrigações financeiras e de remuneração, assim como os constantes investimentos.

No contexto da actual sofisticação tecnológica o “segredo” é claramente um instrumento de apropriação limitado. A restrição de licenças e número de artes não é controlável. Por este motivo os mestres e armadores respondem com tácticas de manutenção das suas artes nos pesqueiros preferidos (ou disponíveis), aproveitando o facto de estas serem construídas com material cada vez mais resistente. É óbvio que desta legalidade informal ressaltam crispações, choques ou desentendimentos entre companhias. Mas, repetimos, os princípios que a regem são, de modo genérico, considerados os mais adequados face à disputa contínua pelos recursos e à extrema eficácia das artes de captura.

Há quem alvitre que o futuro das pescarias passa pelo regresso a metodologias de captura mais selectivas, isto é, que deixem as espécies desenvolverem-se até atingirem a idade da primeira postura, pelo menos. Uma medida complementar passaria pela interdição de alguns dos sofisticados instrumentos comuns nos barcos de pesca (Safina 1998). Ora, os “electrónicos” são fundamentais para a segurança da navegação e alívio dos trabalhos mais pesados. Há legislação sobre as dimensões mínimas das espécies piscícolas autorizadas. Parece faltar, todavia, uma análise acerca das formas de gestão dos pesqueiros, âmbito onde têm uma palavra a dizer as frotas de pesca local e costeira dos diferentes portos.

INFORMANTES

Por ordem alfabética e incluindo só as pessoas citadas – António Feradeira: AF (camarada, patrão e mestre); Amaral “Lagoa”: AL (formador no Forpescas, neto do “Patrão Lagoa”, herói poveiro); António Pontes: AP (armador, mestre e presidente da AANP); António Torrão: AT (armador e mestre); Fernando Caseira: FC1 (formador no Forpescas); Fernando Caseira: FC2 (motorista); Florinda “Cavalheira”: FC (redeira); Gerónimo Viana: GV (armador, mestre e tripulante); João Fernandes Novo: JFN (camarada e delegado sindical); João Rodrigues Caseira: JRC (armador e mestre); José Alberto Postiga: JAP (mestre); José Fangueiro: JF (formador no Forpescas); José Leite: JL (armador e mestre); José Santos: JS (armador e mestre); Lázaro Arteiro: LA (camarada, patrão e mestre); Luciano Meireles: LM (armador e mestre); Lurdes Cavalheira: LC (redeira, mestra e reformada); Manuel A. Pontes: MAP (mestre, formador no Forpescas); Manuel Cavalheira: MC (camarada, mestre e armador); Mário André: MA (armador, mestre, camarada e reformado); Mestre Viana: MV (armador e mestre reformado).

BIBLIOGRAFIA

- ACHESON, James M. (ed.), 1994, *Anthropology and Institutional Economics*, Londres/Nova Iorque, University Press of America.
- ANDERSEN, Raoul R. (ed.), 1979, *North Atlantic Maritime Cultures: Anthropological Essays on Changing Adaptations*, Nova Iorque/Paris, The Hague, Mouton Publishers.
- , 1980, “Hunt and Conceal: Information Management in Newfoundland Deep-sea Fishing”, TEFFT, Stanton K. (ed.), *Secrecy – a Cross-Cultural Perspective*, Nova Iorque/Londres, Human Science Press, 205-228.
- ANDERSON, Terry L., e Randy T. SIMMONS (eds.), 1993, *The Political Economy of Customs and Culture: Informal Solutions to the Commons Problem*, Boston, Rowman & Littlefield Publishers.
- AZEVEDO, José de, 1972, *Homens do Mar da Póvoa*, Póvoa de Varzim, Tipografia Camões.
- , 1976, *Póvoa de Varzim: a Terra e o Mar*, Póvoa de Varzim, Tipografia Camões.
- , 1985, “O Aparecimento de Novas Artes de Pesca na Póvoa de Varzim”, *Actas do Colóquio ‘Santos Graça’ de Etnografia Marítima: Tecnologia e Economia*, vol. II, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 47-59.
- CHABOUD, Christian, e Emmanuel CHARLES-DOMINIQUE, 1991, “Les Pêches Artisanales en Afrique de l’Ouest: état des connaissances et évolution de la recherche”, DURAND, J.-R., J. LEMOALLE, et J. WEBER (eds.), *La Recherche Face à la Pêche Artisanale*, t. I, Paris, ORSTOM, 99-141.
- CHABEAU, Jean-Pierre, e Jacques WEBER, 1991, “L’Apport des Synthèses Régionales. Perspectives historiques et institutionnelles sur la recherche interdisciplinaire dans le domaine des pêches artisanales”, DURAND, J.-R., J. LEMOALLE, et J. WEBER (eds.), *La Recherche Face à la Pêche Artisanale*, t. I, Paris: ORSTOM, 51-62.
- CORDELL, John (ed.), 1989, “Social Marginality and Sea Tenure in Bahia”, *A Sea of Small Boats*, Cambridge, Massachussets, Cultural Survival, 125-151.
- DIEGUES, A. Carlos (org.), 1989, *Pesca Artesanal: Tradição e Mudança – III Encontro de Ciências Sociais e o Mar: 3 a 5 de Abril de 1989*, São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP, F. Ford, UICN.
- FARIS, James C. (ed.), 1973, *Cat Harbour: a Newfoundland Fishing Settlement*, St. John’s, Institute of Social and Economic Research, Memorial University of Newfoundland, 88-97.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, 1980, “Cooperativas de Pesca: Primeiros Ensaio na Póvoa de Varzim”, *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, XIX (1), 5-34.
- FIRESTONE, Melvin M. (ed.), 1967, *Brothers and Rivals: Patrilocality in Savage Cove*, St. John’s, Institute of Social and Economic Research, Memorial University of Newfoundland.
- FIRTH, Raymond, 1975 [1944], *Malay Fishermen – Their Peasant Economy*, Nova Iorque, The Norton Library.
- FORMAN, Shepard, 1970, *The Raft Fishermen: Tradition & Change in the Brazilian Peasant Economy*, Bloomington/Londres, Indiana University Press.
- FOUCAULT, Michel, 1971, *L’Ordre du Discours*, Paris, Gallimard.
- GORDON, H. S., 1954, “The Economic Theory of a Common-Property Resource: The Fishery”, *Journal of Political Economy*, 62, 124-142.
- GRAÇA, Santos, 1982 [1932], *O Poveiro: Usos, Costumes, Tradições, Lendas*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim (edição fac-símile).
- HANNESSON, Rognvaldur, 1996, *Fisheries Management: the Case of North Atlantic Cod*, Oxford, Fishing New Book.

- HARDIN, G., 1968, "The Tragedy of the Commons", *Science*, 162, 1243-1248.
- KOTTAK, Conrad Phillip, 1992 [1983], *Assault on Paradise – Social Change in a Brazilian Village*, Nova Iorque, McGraw-Hill.
- LÖFGREN, O., 1972, "Resource Management and Family Firms: Swedish West Cost Fishermen", ANDERSEN, R., e C. WADEL (eds.), *North Atlantic Fishermen*, St. John's, Memorial University of Newfoundland, Institute of Social and Economic Research Papers, 5, 82-103.
- LOPES, Manuel, 1992, "Evocação da Tragédia Marítima de 27 de Fevereiro de 1892", Separata do *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, XXIX (1 e 2).
- LUECK, Dean, 1993, "Contracting into the Commons", ANDERSON, Terry L., e Randy T. SIMMONS (eds.), *The Political Economy of Customs and Culture: Informal Solutions to the Commons Problem*, Boston, Rowman & Littlefield, 43-59.
- MALDONADO, Simone C. (ed.), 1986, *Os Pescadores do Mar*, São Paulo, Editora Ática.
- , 1989, "A Caminho das Pedras: Percepção e Utilização do Espaço na Pesca Simples", DIEGUES, A. Carlos (org.), *Pesca Artesanal: Tradição e Mudança – III Encontro de Ciências Sociais e o Mar: 3 a 5 de Abril de 1989*, São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, 29-36.
- MARTINS, J. P. de Oliveira, 1882, "O Requerimento dos Poveiros", *Jornal do Comércio*, 22 de Agosto.
- MATTHEWS, David Ralph, 1993, *Controlling Common Property: Regulating Canada's East Coast Fishery*, Toronto, University of Toronto Press.
- McEVOY, Arthur F. (ed.), 1986, *The Fisherman's Problem: Ecology and Law in the California Fisheries 1850-1980*, Cambridge, Cambridge University Press.
- McGOODWIN, James R. (ed.), 1989, "Conflicts over Shrimp Rights in a Mexican Fishery", *A Sea of Small Boats*, Cambridge, Massachusetts, Cultural Survival, 177-201.
- , 1990, *Crisis in the World's Fisheries: People, Problems, and Politics*, California, Stanford, Stanford University Press.
- MELLO, Alex Bolonha Fiúza de, 1989, "Contribuições para uma Teoria dos Conflitos Pesqueiros no Brasil: Partindo do Caso Amazônico", DIEGUES, A. Carlos (org.), *Pesca Artesanal: Tradição e Mudança – III Encontro de Ciências Sociais e o Mar: 3 a 5 de Abril de 1989*, São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, 63-75.
- OSTROM, Elinor, e Edella SCHLAGER, 1993, "Property Rights Regimes and Coastal Fisheries: an Empirical Analysis", ANDERSON, Terry L., e Randy T. SIMMONS (eds.), *The Political Economy of Customs and Culture: Informal Solutions to the Commons Problem*, Boston, Rowman & Littlefield, 13-41.
- OSTROM, Elinor, 1994 [1990], *Governing the Commons: the Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PIMENTEL, Alberto, 1891, "A Questão Poveira – Projecto de Lei Apresentado à Câmara dos Senhores Deputados (Sessão de 9 de Maio de 1891)" pelo Deputado do Círculo Eleitoral da Póvoa de Varzim, Lisboa, Imprensa Nacional.
- ROBBEN, Antonius C. G. M. (ed.), 1989, *Sons of Sea Goddess: Economic Practice and Discursive Conflict in Brazil*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- SAFINA, Carl, 1998, "Les Excès de la Pêche en Mer", *Dossier Pour La Science – Les Humeurs de L'Océan*, Dossiers Hors-Série, octobre, 100-108.
- SAMUEL, António, 1981, "Problemática das Pescas", Suplemento do *Jornal de Vila do Conde* (conjunto de intervenções publicadas entre 30 de Julho e 1 de Setembro).
- SCHWARTZ, Ronald D. (ed.), 1974, "The Crowd: Friendship Groups in a Newfoundland Outport", *The Compact – Selected Dimensions of Friendship*, St. John's, Memorial University of Newfoundland.
- SIMMONS, Randy T., e Peregrine SCHWARTZ-SHEA, 1993, "Method, Metaphor, and Understanding: When is the Commons not a Tragedy", ANDERSON, Terry L., e Randy T. SIMMONS (eds.), *The Political Economy of Customs and Culture: Informal Solutions to the Commons Problem*, Boston, Rowman & Littlefield, 1-11.
- SINCLAIR, Peter R. (ed.), 1985, *From Traps to Draggars: Domestic Commodity Production in Northwest Newfoundland 1850-1982*, St. John's, Newfoundland, Memorial University of Newfoundland, Institute of Social and Economic Research.
- STILES, R. G. (ed.), 1972, "Fishermen: Wives and Radios: Aspects of Communication in a Newfoundland Fishing Community", ANDERSEN, R. e C. WADEL (eds.), *North Atlantic Fishermen*, St. John's, Memorial University of Newfoundland, Institute of Social and Economic Research Papers, 5.
- WADEL, Cato, 1980, *Marginal Adaptations and Modernization in Newfoundland*, St. John's, Newfoundland, Institute of Social and Economic Research, Memorial University of Newfoundland.

Luís Martins

ELECTRONIC SEAS IN FISHING GROUND
WITHOUT FISH: A CASE STUDY IN PÓVOA
DE VARZIM AND CAXINAS

We seek to take into consideration some of the trajectories of artisanale fishing in Portugal over the last two decades. The biggest changes have taken place at the level of the organisation of fishing compaigns and the management of access to fishing grounds. Both aspects require the regular acquisition of technology in parallel with the demarcation and permanent appropriation of fishing grounds by the presence of fishing devices. The process of territorialisation and financial involvement, along with the social values linked to it, are illustrated by the case study of a fishing business which evolves from a pre-capitalist to a capitalist phase.

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)
Universidade Católica Portuguesa